



Índice

- 01** [Polícia investiga casos de estupro em aldeia indígena no interior do AM](#)
- 02** [SEE de Alagoas abre seleção para monitores da educação indígena](#)
- 03** ['O que se diz de indígenas é muito pouco', diz pesquisador do Araguaia](#)
- 04** [Funai e União devem concluir estudos para demarcação de terras indígenas do Médio e Baixo Rio Negro](#)
- 05** [Nos 50 anos do golpe, CNV ouve guaranis vitimados pela ditadura no Paraná](#)
- 06** [Consulta aos quilombos do Pará: um processo inacabado \(?\)](#)
- 07** [III Feira de Sementes: A tradição da semente sustenta o povo](#)
- 08** [Universidade Indígena](#)
- 09** [Retrospectiva de mais de 30 anos de lutas pelos direitos indígenas](#)
- 10** [Jogos Olímpicos na mira dos índios da Amazônia](#)
- 11** [Vale oferece R\\$ 2 milhões de indenização a índios de Aracruz por cortar aldeias com ferrovia](#)
- 12** [Fotógrafo paulistano lança livro sobre comunidades quilombolas do Amapá](#)
- 13** [Obra com temática indígena tem estreia mundial no Festival Amazonas de Ópera de 2014](#)
- 14** [Draga parada preocupa moradores ribeirinhos de Itapetininga](#)



- 15 Governo promove inclusão digital em escolas das comunidades quilombolas
- 16 Votação do PL de Schuch que proíbe demarcação em pequenas propriedades fica para a próxima semana
- 17 Oito índios da região do Xingu participam de ação pedagógica
- 18 STJ mantém decisão que dá titularidade de terra no AM a índios
- 19 39 dias se passaram e índios pataxós permanecem ocupando a sede do Parque Nacional do Descobrimento em Prado
- 20 Pesquisa da UFSCar aponta desigualdade racial na ação da PM em SP
- 21 Juventude indígena de Amajari debate o tema "Preservação da Cultura, Meio Ambiente e Fortalecimento da Nossa Autonomia"
- 22 Governo libera verba para combater cheias em Rondônia
- 23 Índios recebem auxílio da Universal na capital paulista
- 24 Qualificação de mulheres indígenas é tema de encontro no DF
- 25 Cheias no Norte do país desabrigam 250 famílias indígenas
- 26 Comissão aprova orçamento para compra de terras indígenas
- 27 Câmara aprova inclusão de nome indígena ou africano no RG
- 28 Indígena é esfaqueado dentro de ônibus de usina em MS
- 29 Carta assinada por entidades nacionais e internacionais e por pesquisadores e militantes exige retirada imediata de militares e regularização das terras Tupinambá
- 30 Em RR, indígenas da área Yanomami podem solicitar título de eleitor



Polícia investiga casos de estupro em aldeia indígena no interior do AM

SÍTIO G1, 01.04.2014

*Meninas com idades entre 10 e 16 anos foram vítimas, segundo polícia.
Um dos suspeitos está preso desde o início de março após estupro e morte.*

Um trio de indígenas da etnia Tikuna está sendo investigado pela Polícia Civil por suspeita de participação em estupros de meninas da comunidade de Campo Alegre, localizada no município de São Paulo de Olivença, a 985 km de Manaus. Um deles já foi preso no início de março e os outros dois ainda não foram encontrados. As informações são da Polícia Civil.

Ao G1, o titular do 52º Distrito Integrado de Polícia (DIP), delegado Carlos Alberto de Oliveira, afirmou que, até o momento, foram comprovados atos de violência sexual contra três meninas - de idades entre 10 e 16 anos. Uma delas, de 16, morreu após ser estuprada e estrangulada. Um dos indígenas foi preso após o fato, ocorrido em 8 de março deste ano, suspeito do crime. "Estivemos na comunidade e, neste fim de semana, descobrimos mais dois casos: um envolvendo uma menina de dez anos e outro envolvendo uma de 12. As vítimas não procuram a polícia por medo de represália", contou.

Segundo o delegado, os suspeitos têm o hábito de consumir drogas na comunidade de Santa Rita do Weill, que é ligada a Campo Alegre por meio de uma estrada. "A vítima de dez anos passou cinco horas com eles. Ela chegou a ser afogada e a ser agredida com socos no rosto. Por sorte, não morreu", afirmou o responsável pela investigação.

O caso continua sendo apurado pelo 52º DIP. Os policiais devem voltar à comunidade para apurar outros casos de suspeita de estupro e o consumo de bebidas alcoólicas e drogas.



SEE de Alagoas abre seleção para monitores da educação indígena

SÍTIO G1, 01.04.2014

*Estão disponíveis 65 vagas para escolas de 9 comunidades do interior.
Inscrições podem ser feitas até 16 de abril nas Coord. Regionais de Ensino.*

A Secretaria de Estado da Educação e do Esporte (SEE) de Alagoas está com inscrições abertas, até 16 de abril, para a seleção de professores monitores da educação indígena. De acordo com o edital, publicado no Diário Oficial do Estado (DOE) desta terça-feira (1), estão disponíveis 65 vagas distribuídas em 9 comunidades indígenas do interior do estado.

A seleção dos professores será feita através de provas de títulos e currículos. Para a vaga de professor dos anos iniciais o monitor receberá vencimento de R\$ 905 por carga horária de 25 horas. Já para professor de disciplinas, o vencimento será de R\$ 11,16 por hora/aula, com carga horária de 40 horas.

As inscrições para a seleção simplificada devem ser realizadas das 8h às 14h nas Coordenadorias Regionais de Ensino (CRE) até o dia 16 de abril.

'O que se diz de indígenas é muito pouco', diz pesquisador do Araguaia
SÍTIO G1, 01.04.2014

Paulo Fonteles Filho aponta que 350 índios e camponeses morreram no PA. Guerrilha durou 3 anos, entre 1972 e 1975.



Durante a Guerrilha do Araguaia, tropas militares enfrentaram guerrilheiros que lutavam contra o regime da ditadura e pela reforma agrária (Foto: Reprodução/TV Liberal)

O pesquisador Paulo Fonteles Filho nasceu em uma cadeia do regime militar: sua mãe, condenada a 1 ano de prisão pelo crime de subversão, estava grávida de cinco meses quando foi levada para o Pelotão de Investigações Criminais de Brasília. "Meus pais foram presos em 1971, eles eram estudantes paraenses da UNB e foram presos por subversão. Eu nasci na prisão, em Brasília. Meus pais passaram por três grandes centros de tortura, incluindo o Barão de Mesquita, no Rio de Janeiro, que era considerado o mais terrível, e terminaram de cumprir pena no presídio de São José, em Belém", conta.

(ESPECIAL "50 ANOS DO GOLPE MILITAR": a renúncia do presidente Jânio Quadros, em 1961, desencadeou uma série de fatos que culminaram em um golpe de estado em 31 de março de 1964. O sucessor, João Goulart, foi deposto pelos militares com apoio de setores da sociedade, que temiam que ele desse um golpe de esquerda, coisa que seus partidários negam até hoje. O ambiente político se radicalizou, porque Jango prometia fazer as chamadas reformas de base na "lei ou na marra", com ajuda de sindicatos e de membros das Forças Armadas. Os militares

CONT.



prometiam entregar logo o poder aos civis, mas o país viveu uma ditadura que durou 21 anos, terminando em 1985. Saiba mais.)

Por conta disso, Fonteles se dedica a estudar a história do período em que o Brasil esteve sob controle dos militares. O foco da pesquisa é justamente a tortura de paraenses: em dezembro de 2013, ele lançou o livro "Araguaianos: as histórias que não podem ser esquecidas", contando detalhes da Guerrilha do Araguaia, que ocorreu nos estados do Pará e Tocantins entre 1972 e 1975.

"Nos últimos 20 anos, o Araguaia é um dos temas mais abordados pelos estudiosos da ditadura. Infelizmente, há um pacto de invisibilidade: sempre se trata dos militantes, que na minha opinião são heróis, mas o que se diz dos camponeses e indígenas é muito pouco, eles são pouco conhecidos no movimento de libertação do povo brasileiro", avalia.

Segundo o pesquisador, durante a guerrilha, cerca de 350 camponeses do Pará foram mortos - algo que contradiz os dados oficiais, que apontam 400 desaparecidos em todo o país durante os 21 anos do regime militar. Além disso, o confronto teria deixado sequelas profundas no estado. "Eu tenho convicção que a pistolagem começou neste período. A vitória militar foi o início da cultura da violência. Foi uma derrota para a Amazônia".

Conflitos fundiários

O historiador Michel Pinho repassa a história da ditadura no Pará através da lente de sua câmera fotográfica: ele documenta locais que serviram de pontos de tortura, e chegou a fazer expedições para São Geraldo do Araguaia, no sudeste do Pará, um dos palcos da guerrilha. Segundo ele, a luta chegou ao campo após a repressão nas cidades, e o conflito nasceu das disputas de terras.

"A guerrilha do Araguaia é fruto do conflito de terra. A ideia dos guerrilheiros de reforma agrária é muito malvista pelos proprietários de terras da região. A repressão atendeu a interesses políticos. Hoje a gente vivencia a pistolagem, que surgiu no final da guerrilha, quando houve o treinamento de locais para combater os guerrilheiros", explica.



Funai e União devem concluir estudos para demarcação de terras indígenas do Médio e Baixo Rio Negro

SÍTIO MPF, 01.04.2014

Funai terá 45 dias para finalizar estudos técnicos do processo de demarcação de terras nos municípios de Santa Isabel do Rio Negro e Barcelos

O Ministério Público Federal no Amazonas (MPF/AM) conseguiu na Justiça decisão liminar que obriga a União e a Fundação Nacional do Índio (Funai) a concluírem o processo administrativo de demarcação de terras ocupadas pelos povos indígenas do Médio e Baixo Rio Negro, nos municípios de Santa Isabel do Rio Negro e Barcelos, interior do Estado. Os estudos técnicos e o laudo antropológico devem ser apresentados pela Funai nos próximos 45 dias e o processo de demarcação de terras indígenas tem até dois anos para ser totalmente finalizado.

Na decisão, a juíza federal titular da 3ª Vara, Maria Lúcia Gomes de Souza afirma que a Justiça compreende a lentidão do procedimento de reconhecimento da terra indígena, mas adverte que no caso das áreas do Baixo e Médio Rio Negro "foram excedidos todos os prazos estabelecidos pelo Decreto nº 1.775/96 (que dispõe sobre o procedimento administrativo de demarcação das terras indígenas), para cada estudo a ser realizado e, também, para elaboração do respectivo relatório e manifestação das autoridades competentes, sem qualquer justificativa plausível para esta demora".

Ao acatar o pedido de medida liminar do MPF, a Justiça ressaltou o "enorme prejuízo para a comunidade do local" diante da demora na adoção das medidas necessárias no processo de demarcação. Para a juíza federal, "o passar do tempo, aliado à omissão do Poder Público permite o ingresso de ocupantes não indígenas, culminando com a descaracterização do local e a iminência de sérios conflitos envolvendo a área". Em caso de descumprimento, há previsão de multa diária no valor de R\$ 5 mil.

A ação foi proposta em decorrência da demora por parte da Funai em dar andamento a demarcação das terras indígenas. "Os povos do Baixo e Médio Rio Negro buscam pelo reconhecimento de seus territórios de ocupação tradicional há muitos anos. Essa reivindicação é formalmente conhecida pelas demandas desde 1998", destacou o procurador da República Julio José Araujo Junior no texto da ação.

Durante a realização da 5ª edição do projeto "MPF na Comunidade", em dezembro de 2013, uma equipe de servidores e membros do órgão constatou in loco as dificuldades enfrentadas pelas comunidades indígenas em razão da não regularização de suas terras, gerando prejuízos no atendimento à saúde e no acesso à educação diferenciada. Também foram relatados os impactos do turismo de pesca esportiva e da exploração do trabalho na produção da piaçava. De acordo com relatos ressaltados na ação, "a pesca esportiva desrespeita os costumes da comunidade, como se o rio fosse somente deles" e que "não há diálogo deles com a comunidade".

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 60./ 2014

Brasília, 02 de abril de 2014.

A ação segue em tramitação na 1ª Vara Federal no Amazonas, sob o número 2662-81.2014.4.01.3200.

Assessoria de Comunicação
Procuradoria da República no Amazonas
(92) 2129-4743 / 4661
ascom@pram.mpf.gov.br
twitter.com/MPF_AM



Nos 50 anos do golpe, CNV ouve guaranis vitimados pela ditadura no Paraná

SÍTIO REDE BRASIL ATUAL, 01.04.2014

Além de ter negado presença indígena, colonização agrícola e Itaipu 'aumentaram pressão fundiária' sobre oeste paranaense e contribuíram para esfacelamento de aldeias

Guaíra (PR) – "Mesmo sendo tarde, tudo isso tem que ser conhecido. Ninguém sabe o que passamos aqui", conclui Casemiro Pereira, 54 anos, pouco antes de se despedir da psicanalista Maria Rita Kehl com um aperto de mãos e a promessa de que sua história será contada ao país. A integrante da Comissão Nacional da Verdade (CNV) ouviu seu relato ontem (31) numa abafada sala de paredes brancas da escola Teko Nemoingo, município de São Miguel do Iguaçu (PR).

Cercada de lavouras de milho por todos os lados, a aldeia Ocoy, às margens do lago de Itaipu, foi a quarta terra indígena visitada por Maria Rita durante o périplo da CNV pelos territórios guarani do oeste do Paraná. O pequeno gabinete escolar, enfeitado com passarinhos azuis, fez as vezes de auditório onde Casemiro deixou-se "marear" pela memória do sofrimento. E onde, minutos antes, seu vizinho, Silvino Vaz, 50 anos, confessara a tristeza trazida pelas recordações. "Foi muito duro."

Enquanto o aniversário de 50 anos do golpe promovia protestos populares nas grandes cidades e discursos presidenciais em Brasília, a psicanalista se sentava a ouvir antigos relatos dos indígenas que vivem na fronteira com o Paraguai. Foram testemunhos de assassinatos, surras, trabalhos forçados, esbulho territorial e fugas ocorridas antes e depois do assalto militar ao poder, antes e depois das inundações do Rio Paraná provocadas pela construção da usina hidrelétrica.

"É minha sexta audiência com povos indígenas", contabilizou a representante da CNV, citando visitas aos suruí do Pará, aos waimiri e ianomamis de Roraima, aos pataxó e tupinambá da Bahia e aos kayowá do Mato Grosso do Sul, além de uma recepção aos xavante, em Brasília. "Aos poucos, porque não sou nenhuma especialista, quero cumprir meu mandato na comissão para denunciar o maior número possível de violações aos direitos humanos dos povos indígenas entre 1946 e 1988."

Apenas os relatos dos guarani do oeste do Paraná demandariam de Maria Rita um trabalho hercúleo. Sozinha, em dois anos e meio, seria impossível sistematizar a memória das arbitrariedades cometidas contra as etnias brasileiras no período. "É missão para 50 pessoas", reconhece. A tarefa só lhe está sendo menos ingrata graças ao empenho de pesquisadores que se dedicam à questão. Um deles é Ian Packer, antropólogo do Centro de Trabalho Indigenista (CTI) que no ano passado produziu o relatório Violações dos direitos humanos e territoriais dos guarani no oeste do Paraná.

CONT.



Escrito para auxiliar a CNV, o estudo se atém aos 42 anos que, por lei, delimitam a atuação da comissão. Em mais de cem páginas, contextualiza os depoimentos colhidos no último fim de semana pela psicanalista, e mostra como "empresas e proprietários de terra interagiram com organismos e agentes públicos durante a ditadura e no período pré-golpe na consecução de seus interesses privados". O relatório se dedica ainda a embasar, com evidências documentais e históricas, como os índios foram excluídos dos empreendimentos faraônicos realizados pelo regime, e que "atropelaram seus direitos".

A história que Casemiro Pereira quis contar a Maria Rita, mesmo depois de tanto tempo, refere-se tanto à tomada de terras indígenas por colonizadores quanto à construção de Itaipu. Em seu relatório, Packer afirma que "o processo de expropriação territorial dos guarani do oeste do Paraná foi conduzido sob a égide de um sistemático descumprimento da legislação indigenista e de um genocídio silencioso acobertado pelo regime de exceção vigente no país".

À sua maneira, Casemiro ratificaria pessoalmente tais afirmações à CNV. "O Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) pegou esse pedaço aqui, entrou, e chegava colono dizendo que tinha comprado a terra e que índio tinha de sair, senão ia morrer", atesta. "Vinha com polícia, com arma, dava três dias pra gente sair. Índio foi para o Paraguai, fugido. Caía no Rio Paraná e cruzava. Quem ficou foi morrendo, matado." E quem não tinha canoa atravessou a fronteira no fôlego, como Silvino, também morador de Ocoy. "Passei o Paranazão a nado."

De acordo com o testemunho dos mais de 20 guarani ouvidos por Maria Rita Kehl em três dias nos municípios paranaenses de Guaíra, Terra Roxa e São Miguel do Iguçu, o país vizinho foi apenas um dos destinos dos índios que escapavam à chegada violenta dos brancos nos anos 1940, 1950 e 1960. Muitos também se dirigiram ao Mato Grosso do Sul, que também está do outro lado do rio. Outros ainda partiram para perto de parentes em São Paulo e Santa Catarina.

Os relatos evidenciam que os índios que ficaram na região foram forçados a trabalhar na abertura de picadas e estradas, e na colheita da erva mate. "Hoje em dia a gente fala em agronegócio, mas nesta porção do território brasileiro, no início do século passado, já começavam as atividades com uma mega empresa chamada Mate Laranjeira", aponta a integrante da CNV. "Temos que investigar mais, mas pelo padrão das violações e pela onipresença dessa companhia, é bem possível que tenha contado com apoio de agentes do Estado para expulsar e escravizar índios."

Recorrendo à própria memória ou à memória de seus pais, já falecidos, os guarani atualmente instalados nas 13 aldeias da região de Guaíra e Terra Roxa deram testemunho da exploração de mão de obra na produção do mate. Com mais de 60 anos, Damião Acosta afirmou à psicanalista que trabalhou em ervatais desde os seis. "Às vezes éramos pagos pelo trabalho, às vezes não. Se não quisesse trabalhar, apanhava", disse, em sua língua materna. "Em vez de pagar, o branco costumava matar o índio."

Hoje morador da aldeia Y'hovy, a dez minutos do centro de Guaíra, Damião construiu uma pequena réplica das estruturas de bambu que utilizavam para secar e defumar o mate. E, usando ramos de eucalipto, porque a terra que ocupam já não possui árvores da planta que

CONT.



abastece os chimarrões, mostrou a Maria Rita Kehl como se processava a erva naqueles tempos. Uma hora depois, Rufina de Souza contaria à CNV que seu avô pediu ao seu pai para fugir rumo ao outro lado do rio pouco antes de receber um tiro em pagamento às exaustivas horas de trabalho.

O relatório do CTI sustenta que o então Serviço de Proteção ao Índio (SPI), que em 1969 daria lugar à Fundação Nacional do Índio (Funai), desde os anos 1940 se utilizava de estratégias para esvaziar a presença guarani no oeste do Paraná. Primeiro, deslocando os índios para reservas kaingang no interior do estado – o que pode ser configurado como uma medida de "extrema imprudência e violência" ao juntar "dois grupos inimigos no mesmo espaço". Depois, negando o acesso dos guarani a direitos tão básicos como ter um documento de identidade.

Além dos casos de trabalho forçado e tomada de terras, a inexistência de postos do serviço indigenista no oeste paranaense também contribuiu, segundo o relatório, para que os guarani da região se deslocassem a Japorã (MS) e Jaguapiré (MS), em busca do RG que lhes daria acesso a atendimento de saúde e educação. Uma vez lá, muitos eram instados a permanecer. Por isso, apesar de terem vindo à luz em solo paranaense, trazem na cédula Mato Grosso do Sul como lugar de nascimento.

É o caso de Assunção Benítez, 66 anos. O cacique da aldeia Tajy Poty, em Terra Roxa, contou à CNV que deixou a região para cortar cana-de-açúcar no estado vizinho, depois de ter fugido rumo à cidade para evitar os trabalhos forçados na abertura de estradas. "Tirei documento com 48 anos, por aí. O papel diz que eu nasci no Mato Grosso do Sul. Eu disse que tinha nascido aqui no Paraná, mas disseram para colocar Porto Lindo", relata, em referência à terra indígena de Japorã (MS). A Funai chegaria ao oeste paranaense apenas em 2012.

De acordo com o relatório do CTI, as consequências das violações de outrora "se fazem sentir de maneira dramática ainda hoje", sobretudo na situação de pobreza em que vivem as comunidades indígenas da região de Guaíra e Terra Roxa. O reconhecimento oficial de que os guarani foram parcialmente expulsos do oeste do Paraná parece ser vital para a concretização das atuais demandas por demarcação. Ainda mais quando a sociedade local, conforme denunciaram os próprios índios à CNV, promove uma campanha negando-lhes direito à terra por serem "paraguaios". Em fevereiro, após decisão judicial, a Funai publicou portaria ordenando realização de estudos na área. E os ânimos voltaram a se acirrar.

Negar identidade indígena aos guarani da região, porém, não é novidade. Relatos e documentos oficiais mostram que a tática já fora utilizada pelo próprio órgão indigenista, pelo Incra e pelo regime durante a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu. "A Funai ficou contra nós, a gente sabe, em vez de defender", lembrou Casemiro Pereira, da aldeia Ocoy, em São Miguel do Iguazu, à beira da represa. "Em Curitiba, levou carta dizendo que não era índio porque tinha barba e bigode. Tinha também antropólogo da Itaipu que dizia que era mestiço. E mandou expulsar nós."

O relatório produzido por Ian Packer revela que o especialista da Funai responsável por concluir o processo de titulação, indenização e desapropriação das terras guarani que seriam inundadas pela represa foi Célio Horst, filho de criação do ditador Ernesto Geisel. De acordo com o

CONT.



documento, Horst, usando "critérios de indianidade", concluiu que apenas cinco famílias da região eram "guarani de verdade". Ainda assim, recomendou sua retirada da terra. O resultado desse processo foi a criação de uma reserva de 230 hectares, onde hoje vivem – ou, como dizem, se espremem – 700 e poucos índios.

Casemiro contou à CNV que se deu de maneira violenta a expulsão dos guarani que viviam nas áreas prestes a serem tomadas pelas águas da barragem, nos anos 1980. "Tinha muito guarani, mas queimaram casa. Incra fez isso. Trouxe militar e expulsou e matou gente lá", relatou, explicando que, antes de a represa tomar conta de tudo, a aldeia se chamava Jakutinga e tomava um amplo pedaço de terra à beira rio. "Não sei quanta gente morreu, mas foi mais da metade. Alguns fugiram para o Paraguai."

"Voltarei a Dourados (MS) agora em abril para ouvir o relato de outros povos, e ainda terei os meses de maio, junho e julho, quando preciso entregar meu relatório, para viajar ao Xingu, no Mato Grosso, e entender o que aconteceu com os avá-canoeiro antes da formação do parque", anuncia Maria Rita Kehl, responsável na CNV por pesquisar as violações contra índios e camponeses. "Não sei se minhas recomendações serão seguidas, mas é evidente que a mais importante é a demarcação e homologação das terras, oferecendo condições para que as etnias possam viver dignamente."

Depois de contar sua história a Maria Rita Kehl, que agradeceu o depoimento, Casemiro ouviu da psicanalista que o relatório final da Comissão Nacional da Verdade será impresso, vendido em livrarias e enviado a todas as escolas e universidades do país. "Inclusive para cá", reforçou. "Ah, isso é bom", devolveu o guarani, aparentando estar bastante satisfeito com a oportunidade de transmitir suas recordações às gerações futuras. "Me manda uma cópia que eu quero mostrar pro meu piá."



Consulta aos quilombos do Pará: um processo inacabado (?)

SÍTIO JORNAL GGN, 18.11.2013

O Estado do Pará nas últimas décadas se manteve na liderança do reconhecimento dos direitos territoriais dos remanescentes das comunidades de quilombo. O Pará foi o primeiro governo estadual a expedir títulos de reconhecimento de domínio de territórios quilombolas e é o que mais títulos emitiu em todo o Brasil.

Destaca-se que a legislação estadual de reconhecimento de domínio dos territórios quilombolas incorporou o princípio do autoreconhecimento na identificação da comunidade e não só permite a esta apresentar uma proposta de croquis, mas obriga o órgão estadual de terras a realizar uma reunião na comunidade quando terminam os trabalhos de campo para que esta possa validar os limites de seu território.

Atualmente o Pará dispõe de uma Política Estadual para as Comunidades Remanescentes de Quilombos (Decreto nº 261, de 22 de novembro de 2011).

Por iniciativa do governador Simão Jatene, e o apoio do Ministério Público Federal no Estado do Pará, em 20 de junho de 2013, foi editado o Decreto nº 767, que delegou ao Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Pará – IDESP, a tarefa de realizar o processo de: “consulta prévia, livre e informada do “Plano de Utilização e de Desenvolvimento Socioeconômico, Ambiental e Sustentável” à comunidade remanescente de quilombo de Cachoeira Porteira”. Foram convidados a participar deste processo a Secretaria de Estado de Meio Ambiente, o Ministério Público do Estado do Pará, a Defensoria Pública do Estado do Pará, o Ministério Público Federal, a Fundação Nacional do Índio – FUNAI e a Coordenação das Associações das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Pará – MALUNGU.

O primeiro dos “Considerando” do decreto cita expressamente a Convenção 169 da OIT como base legal do ato: “Considerando o disposto no art. 6º da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho, promulgada no Brasil através do DECRETO nº 5.051, de 19 de abril de 2004”.

Esta iniciativa é de fundamental importância pois previu a elaboração de um Plano de Consulta que deveria garantir a ampla participação da comunidade quilombola.

Por isso entre os dias 22 e 25 de julho de 2013 uma equipe do Ministério Público Federal, com o apoio do IDESP, se deslocou até a Comunidade Remanescente de Quilombo de Cachoeira Porteira (Oriximiná – Pará) apresentando a “Oficina de Consulta Prévia para povos tradicionais na Amazônia brasileira”, na qual se discutiu com os quilombolas o que é consulta prévia, livre e informada, qual a dinâmica que todo o processo deveria respeitar, como seria tomada a decisão.

O processo foi regulamentado pela Instrução Normativa IDESP nº 001, de 06 de agosto de

CONT.



2013. Já a ementa esclarece o valor da consulta: “Dispõe acerca da normatização dos procedimentos e meios através dos quais se submeterá à consulta prévia, livre e informada para o consentimento (ou não) do “Plano de Utilização e de Desenvolvimento Socioeconômico, Ambiental e Sustentável” pela comunidade remanescente de quilombo de Cachoeira Porteira” (grifo nosso).

O seminário aconteceu nas dependências da comunidade entre os dias 23 e 31 de agosto de 2013, com a participação de todas as famílias, além dos representantes das entidades citadas acima.

Depois do IDESP ter apresentado o “Plano de Utilização e de Desenvolvimento Socioeconômico, Ambiental e Sustentável”, a comunidade reuniu durante cinco dias com sua assessoria e apresentou algumas sugestões de alteração que foram aceitas pelo IDESP e incorporadas na edição final do Plano.

Em 12 de dezembro de 2013 foi publicado no Diário Oficial do Estado o “EXTRATO DA ATA DE CONSULTA, PRÉVIA, LIVRE E INFORMADA À COMUNIDADE REMANESCENTES DE QUILOMBOS DE CACHOEIRA PORTEIRA, ORIXIMINÁ, PARÁ, SOBRE O PLANO DE UTILIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E AMBIENTAL, REFERENTE A DECISÃO FINAL DA COMUNIDADE E OS PRINCIPAIS REGISTROS DAS REUNIÕES DE DIÁLOGO E NEGOCIAÇÃO, DE ACORDO COM A INSTRUÇÃO Nº 001/2013 – IDESP DE 06 DE AGOSTO DE 2013”.

Todo o processo de elaboração do instrumental normativo, bem como a consulta à comunidade foi acompanhado pela COORDENAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES DAS COMUNIDADES REMANESCENTES DE QUILOMBO DO PARÁ (MALUNGU/PARÁ).

Trata-se do primeiro na história brasileira no qual um governo estadual submete a uma comunidade tradicional um processo de consulta. Não se tratou de uma mera audiência pública onde o poder público apresenta seu projeto reativo a uma determinada obra ou política, mas desde o começo o governo estadual se comprometeu a acatar a decisão da comunidade conforme foi explicitamente consagrado no Parágrafo único do Art. 2º do Decreto nº 767, de 20 de junho de 2013: “Caso não haja o consentimento da comunidade quilombola, o “Plano de Utilização e de Desenvolvimento Socioeconômico, Ambiental e Sustentável” não poderá ser executado” (grifo nosso).

No momento no qual a presidência da república estuda a regulamentação do Processo de Consulta previsto no artigo 6º da Convenção 169 da OIT (Portaria Interministerial Nº 35, de 27 de Janeiro de 2012) o exemplo do estado do Pará é de fundamental importância. Não foi editada uma norma genérica, que abrangesse todos os aspectos possíveis de um processo de consulta válido para qualquer processo legislativo ou de licenciamento de uma obra, e para qualquer grupo social atingido por aquela medida, mas se preferiu realizar uma consulta específica, a uma comunidade específica, sobre um plano específico.

O caminho trilhado pelo governo do estado do Pará, com o acompanhamento e auxílio do Ministério Público Federal em Belém e Santarém é um exemplo para todo o Brasil.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 60./ 2014

Brasília, 02 de abril de 2014.

Toda esta caminhada pode, porém ser fadada ao fracasso se o processo terminar com a simples publica da ata de negociação. Esperamos que o governo do Estado do Pará concretize e conclua este processo de: "consulta prévia, livre e informada" com a edição de um decreto governamental que consagre e finalize a aceitação por sua parte o Plano negociado com a Comunidade quilombola Cachoeira Porteira.

Sugerimos que sejam feitos contatos com o governador do Estado do Pará e o IDESP solicitando a edição do decreto que concretiza este precedente jurídico.

Belém (PA), 01 de abril de 2014

Girolamo Domenico Treccani

Assessor Jurídico Malungu/PA

Endereços:

Governador do Estado do Pará

SIMÃO ROBISON OLIVEIRA JATENE

Palácio dos Despachos, Rod. Augusto Montenegro, km 9 – Coqueiro – Belém-PA

CEP: 66823-010

Telefone: (91) 3216-8829/8820/8869 Fax: (91) 3248-0133

Email: auxineri@gmail.com

Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Pará – IDESP

Presidente

MARIA ADELINA GUGLIOTI BRAGLIA

Municipalidae, 1461 , esquina com a rua Dom Pedro I, Telégrafo.

Belém-PA

CEP: 66035-170

Fone: (91) 3321-0600/0630/0605 Fax: (91) 3321-0630

Email: gab.idesp@idesp.pa.gov.br



III Feira de Sementes: A tradição da semente sustenta o povo
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 02.04.2014



A equipe de trabalho da terceira Feira de Sementes Tradicionais dos Povos Indígenas de Roraima intensifica a articulação e organização do evento, priorizando as inscrições dos trabalhos, iniciadas durante a 43ª Assembleia Geral dos Povos Indígenas de Roraima, 11 a 14, no Lago Caracaranã e encerram no próximo dia 10 de abril.

A terceira feira, que esse ano vem como tema " A tradição da semente que sustenta o povo", será realizada no período de 1 a 4 de maio, novamente, no Centro Indígena de Formação e Cultura Raposa Serra do Sol (CIFRSS), na comunidade indígena Barro, região do Surumu. As comunidades indígenas, estudantes, lideranças indígenas e demais participantes estão sendo mobilizados a participarem de mais essa edição da Feira.

Durante a Assembleia foram disponibilizadas as fichas de inscrições às comunidades e escolas, para preenchimento e serem entregues, além de adquirida na sede do Conselho Indígena de Roraima (CIR), avenida Sebastião Diniz, 2630, bairro São Vicente até o dia 10 de abril. As fichas podem ser adquiridas também no site da Iniciativa Wazaka`ye.

Um regulamento foi elaborado pela equipe organizadora para facilitar o esclarecimento quanto
CONT.



à participação do público alvo no evento, conforme abaixo.

A Feira de Sementes Tradicionais dos Povos Indígenas de Roraima é uma realização do Conselho Indígena de Roraima, por meio do Centro Indígena de Formação e Cultura Raposa Serra do Sol (CIFCRSS), Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA) e Iniciativa Wazakaye, com o apoio da Fundação Nacional do Índio (Funai), Instituto Insikiran da Universidade Federal de Roraima (UFRR), Diocese de Roraima e Instituto Socioambiental(ISA).

REGULAMENTO

1. QUEM PODE PARTICIPAR DA FEIRA?

- A Feira é aberta a todo o público indígena e não-indígena que apóia a multiplicação das variedades tradicionais de sementes e o fortalecimento do conhecimento tradicional. Entretanto, apenas o público indígena poderá apresentar trabalhos e concorrer às premiações.

- Os participantes deverão entregar a ficha de inscrição no CIR até o dia 10 de abril.

2. QUEM PODE APRESENTAR TRABALHOS?

Os trabalhos podem ser apresentados:

1. Em grupos – escola, comunidade, ou escola e comunidade juntas OU
2. Individuais – trabalhos realizados por estudantes indígenas individualmente

3. QUAL É O TEMA DOS TRABALHOS?

- Os trabalhos podem ser de qualquer área, desde que incluam experiências de “valorização do conhecimento tradicional”. Preferencialmente os trabalhos devem valorizar o conhecimento que não se encontra em livros, e sim na experiência prática vivida pelos mais antigos nas comunidades.

- OBS – A simples descrição das plantas trazidas para exposição e troca (feira de sementes e mudas) não poderá ser considerado um “trabalho”

4. COMO SERÁ A APRESENTAÇÃO DE TRABALHOS?

Os trabalhos devem ser apresentados de duas formas:

Apresentação oral: máximo 15 minutos (opcional: datashow, teatro, vídeo etc)

Apresentação em cartilha: a cartilha já deverá ser levada pronta para a Feira, pode ser feita à mão, e deverá conter textos e ilustrações. Sugerimos 2 ou 3 folhas A4 dobradas ao meio.

A apresentação de cartazes, fotos e outros materiais visuais é opcional

CONT.



5. COMO SERÃO AVALIADOS OS TRABALHOS?

Os trabalhos (apresentação e cartilha) serão avaliados por um júri com representantes indígenas e de instituições parceiras. Os critérios de avaliação serão:

Apresentação oral

- a) Originalidade/utilidade do projeto
- b) Envolvimento entre escola/comunidade/demais grupos
- c) Viabilidade de continuar sendo executado autonomamente

Cartilha

- d) Conteúdo
- f) Qualidade das imagens

6. FEIRA DE SEMENTES/MUDAS

- Haverá mesas para cada grupo expor as sementes/mudas que levar para a feira.
- Estimulamos que sejam trazidas sementes e mudas em diversidade e em quantidade, especialmente das variedades tradicionais de milho, maniva, melancia etc.
- Os participantes poderão trocar livremente as sementes/mudas entre si.

7. PREMIAÇÃO

Haverá dois tipos de premiação:

1. Para os trabalhos que obtiverem maior pontuação de acordo com os critérios apresentados no item 5 a premiação será: edição e publicação da cartilha apresentada; livros; lembrança da Feira
2. Para a escola ou comunidade que levar mais sementes/mudas a premiação será: livros; kit de sementes; lembrança da Feira; prêmio surpresa

8. OFICINAS

Conforme previsto na programação, haverá oficinas de 4 horas em variados temas como artesanato, contos, grafismo, instrumentos musicais etc. A inscrição nas oficinas será feita em momento específico que será anunciado durante a feira, respeitando o número máximo de participantes por oficina.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 60./ 2014

Brasília, 02 de abril de 2014.

9. TRANSPORTE E INFRA ESTRUTURA

- Contamos com o apoio dos participantes para que tentem articular seus ônibus escolares ou outras formas de transporte para a Feira. Na Feira poderá ser fornecido o combustível de reposição para o transporte.

- Trazer copo, prato e talher

- Será fornecido alojamento e alimentação, entretanto pedimos se possível que tragam contribuições para alimentação como farinha, caxiri, beiju etc.

10. APRESENTAÇÕES CULTURAIS

Todos os participantes são bem vindos para apresentarem danças, músicas e outras manifestações artísticas durante as noites culturais dos dias 2 e 3 de maio.

Informações:

3224-5761 (CIR)

8804-6437 – (Rachel Pinho – Iniciativa Wazakaye)



Universidade Indígena
SÍTIO BEM PARANÁ, 01.04.2014

A educação brasileira formal começou com os indígenas, ou pelos indígenas, os donatários de Capitanias, nossos primeiros administradores públicos por assim dizer, recebiam da Coroa portuguesa o mando sobre grandes extensões de terra; seus direitos e deveres eram explicitados detalhadamente nos documentos de investidura, e nestes não constava uma única palavra sobre educação.

Em atenção à igreja católica, falava-se da “conversão dos gentios à verdadeira fé”. Com a preocupação de extrair madeiras e metais preciosos, e enriquecer rapidamente antes que as simpatias da metrópole os abandonassem, os colonizadores não se dedicavam sequer a essa catequese, abrindo espaço para a ação dos religiosos, principalmente Jesuítas. E deve-se a eles, com destaque para o padre José de Anchieta, a implantação dos primeiros estabelecimentos educacionais, além da elaboração das primeiras gramáticas de línguas nativas.

No entanto, à parte das definições eurocêntricas, os povos indígenas em sua maioria sabiam produzir artefatos, possuíam cultura própria e transmitiam esses conhecimentos a seus descendentes. Uma forma inequívoca de educação, que ainda pode ser suficiente para os muito poucos que vivem totalmente isolados da nossa chamada civilização.

De maneira simplificada, há três formas de acesso dos indígenas à educação: o ensino básico prestado nas aldeias por professores membros das comunidades e que cursaram as Licenciaturas Indígenas (pelo menos vinte universidades as oferecem no país); o ingresso nas universidades pelo regime de cotas, em que parte das vagas ofertadas normalmente é a eles destinada (mais utilizado por indígenas urbanos ou aculturados, que já frequentaram estabelecimentos nas cidades); as vagas especiais criadas suplementarmente em universidades.

A educação superior nas vagas suplementares tenta suprir as necessidades crescentes de médicos, enfermeiros, dentistas, agrônomos, advogados e outros profissionais nas “reservas”. As exigências de gestão de grandes áreas de terra, cuidados à saúde e mesmo enfrentamento de demandas judiciais com invasores e órgãos públicos podem ser bem atendidas pelos próprios indígenas, desde que adequadamente preparados.

E essa modalidade de educação encontra problemas, desde o processo de seleção, pois se trata de escolher alunos por critério inicial de etnicidade, e de acordo com os princípios atuais de antropologia são os próprios índios que se definem como índios, ressaltando, politicamente, o que os diferencia dos não índios; fica, portanto a cargo das comunidades essa definição, havendo por vezes rejeição de indivíduos apenas pela condição de aculturados.

Os cursos tradicionais, que são os que hoje ofertam vagas suplementares, seguem currículos e

CONT.



metodologias próprios para estudantes tradicionais, falantes prioritários da língua portuguesa, com repertório cultural e educacional convencional. Para os povos indígenas (e são mais de 900 mil pessoas, 300 etnias e quase 300 línguas faladas) com variedades de tradições culturais, diferentes visões do mundo e religiosidades distintas, alguns se comunicando apenas sua própria língua, esses cursos não tem tido resultados concretos.

O Ministério da Educação constituiu, através da Portaria nº 52 de 24/01/2014, grupo de trabalho para discutir essas questões, e estudar a criação de uma instituição de educação superior intercultural indígena, como já existem em vários países, levando em conta as diferenças étnicas, os conhecimentos já adquiridos no sistema educacional brasileiro e as distâncias de um país com 8,5 milhões de quilômetros quadrados.

A Unesco, com auxílio de especialistas de diversas regiões do mundo, já há mais de uma década tem identificado os temas controvertidos da educação superior, como a integração entre ensino e pesquisa e destes com a sociedade, a relação com o setor produtivo, sua demanda de independência intelectual e liberdade acadêmica. No entanto, sempre houve emergência do tema do financiamento das instituições públicas, e a necessidade de abordá-lo com profundidade, pela preocupação com a baixa relação aluno/professor nas universidades públicas, a subutilização de instalações físicas, altas taxas de evasão ou de repetência, os recursos destinados à residência estudantil, restaurantes, bolsas, subsídios, formação de profissionais nem sempre requeridos pelo mercado de trabalho; e, principalmente, o desenvolvimento de ações restritas a uma parcela diminuta da população.

Nem sempre é claro para a comunidade a relação custo/benefício, e a participação da imprensa, promovendo um debate social mais amplo quanto ao tema, costuma acontecer somente quando dos resultados das avaliações de massa, que ranqueiam as instituições, sobre o protesto de muitas destas.

Em geral, as discussões apontam concepções distintas do papel da educação superior, especialmente no item financiamento. A dificuldade parece residir na possibilidade de, sem eliminar suas especificidades históricas e identidades próprias, incluir o indígena não apenas em cursos de licenciatura para formar professores para sua própria aldeia, mas garantir seu acesso e permanência com aproveitamento nos demais cursos.

No entanto, quais fontes deveriam ser utilizadas para a obtenção do montante de recursos necessários, num país onde o Plano Nacional de Educação tem sua implantação arrastada por vários anos sem definição?

Wanda Camargo é educadora e assessora da presidência das Faculdades Integradas do Brasil – UniBrasil.



Retrospectiva de mais de 30 anos de lutas pelos direitos indígenas

SÍTIO PORTAL PRAVDA, 01.04.2014

Exposição de fotos traz retrospectiva de mais de 30 anos de lutas pelos direitos indígenas

Mostra estreia em São Paulo nesta segunda-feira (31/3) e reúne 43 fotos de momentos e personagens históricos, apresentadas em ordem cronológica, clicadas por 33 fotógrafos, com mapas e textos de apoio, em português e inglês

Começa oficialmente na próxima segunda, 31/03, na Arena de Eventos do Parque do Ibirapuera, em São Paulo, a exposição Povos Indígenas no Brasil 1980/2013 - Retrospectiva em Imagens da Luta dos Povos Indígenas no Brasil por seus Direitos Coletivos. A mostra comemora os 30 anos do Apoio Norueguês aos Povos Indígenas no Brasil, os 25 anos da Constituição e os 20 anos do ISA. O projeto é uma realização da Embaixada da Noruega no Brasil e do ISA.

A exposição, que estreou em novembro do ano passado em Brasília, no Museu da República, contou com a presença de lideranças indígenas históricas como Marcos Terena, Ailton Krenak, o cacique kayapó Raoni Metuktire, Almir Suruí Paiter e Davi Yanomami. (veja o vídeo).

Em São Paulo, a abertura acontecerá às 19h30, no Museu Afro Brasil, também no Parque do Ibirapuera, próximo ao local da exposição e contará com a participação da ministra conselheira Sissel Hodne Steen, da Embaixada da Noruega no Brasil, de Beto Ricardo, do Instituto Socioambiental (ISA) e curador da exposição e do representante) da Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente. Em seguida haverá a exibição do vídeo sobre os 30 anos do apoio norueguês aos povos indígenas no Brasil, uma apresentação dos índios kuikuro do Parque Indígena do Xingu, e um coquetel.

A mostra é composta por 43 fotos, apresentadas em ordem cronológica, clicadas por 33 fotógrafos, com mapas e textos de apoio, em português e inglês. São 18 totens de 2,39 x 2 m, com imagens de ambos os lados, e a iluminação noturna das peças será feita por coletores solares, no topo dos totens.

Momentos e personagens históricos

A maior parte das imagens foi publicada originalmente na imprensa ou nos volumes da série Povos Indígenas no Brasil, elaborada, inicialmente, pelo Centro Ecumênico de Documentação e Informação (Cedi) e, a partir de 1994, pelo ISA, com apoio do governo norueguês.

A exposição traz momentos e personagens históricos, retratados em um período de 33 anos no qual os povos indígenas saíram da invisibilidade para entrar de vez no imaginário e na agenda

CONT.



do Brasil contemporâneo. O marco desse processo foi o capítulo dos direitos indígenas da Constituição. Entre outros temas, as imagens retratam a participação indígena na Constituinte (1986-1988); a batalha pelo reconhecimento das Terras Indígenas; a resistência às invasões de garimpeiros e madeireiros; o apoio de músicos como Sting e Milton Nascimento; a apropriação das tecnologias do homem branco; as ameaças aos últimos povos "isolados"; as mobilizações recentes pela garantia de seus direitos. "Pretende-se que essas imagens sirvam de referência para as narrativas dos seus protagonistas, assim como para o aprendizado das novas gerações", explica Beto Ricardo.

Em 1983, a Noruega criou uma linha específica de cooperação internacional para apoio aos povos indígenas e o Brasil foi o primeiro país a receber seus recursos. A Embaixada da Noruega apoia atualmente 12 associações indígenas e organizações indigenistas. A base da iniciativa é a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), um dos principais mecanismos internacionais de proteção aos direitos indígenas. A Noruega foi o primeiro país a ratificá-la, em 1990. O Brasil fez o mesmo em 2002.

"A Noruega vem firmando parcerias de longa duração com várias associações indígenas e organizações não governamentais indigenistas no Brasil por meio de seu Apoio aos Povos Indígenas. O foco tem sido o apoio institucional", informa a ministra conselheira Sissel Hodne Steen.

"Extintos"

A exposição trata de um período histórico recente (1980-2013) marcado pelo protagonismo político dos povos indígenas, depois de terem sido considerados extintos. Essa visão está presente no curioso relato do antropólogo Claude Lévi-Strauss, registrado em seu livro "Tristes Trópicos", que serve de epígrafe à exposição. Em 1934, pouco antes de viajar ao Brasil, ele questionou o embaixador brasileiro na França sobre como encontrar comunidades indígenas. "Índios? Infelizmente, prezado cavalheiro, lá se vão anos que eles desapareceram", respondeu o diplomata.

O antropólogo Darcy Ribeiro registrou o decréscimo geral da população indígena e o desaparecimento de mais de 80 etnias, entre 1900 e 1950. Algumas fontes estimam que, em 1500, havia entre dois milhões e seis milhões de índios no que seria mais tarde o território brasileiro.

A trajetória de resistência retratada na exposição, no entanto, coincidiu com a recuperação do crescimento demográfico dessas comunidades, registrada a partir dos anos 1980. Hoje, existem no Brasil 240 povos indígenas, que falam 154 línguas e somam uma população de mais de 896 mil pessoas (IBGE 2010). O número de índios continua crescendo, assim como o de etnias, embora alguns povos estejam ameaçados de extinção. Metade das etnias tem uma população de até mil pessoas; 49 têm parte de sua população habitando países vizinhos; há 60 registros de povos "isolados".

A exposição estará aberta ao público, com entrada franca, de 1º a 22 de abril e contará com
CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 60./ 2014

Brasília, 02 de abril de 2014.

visitas destinadas a escolas, que poderão ser agendadas pelo e-mail agendamento@artqeduca.com.br. As visitas agendadas têm duração de 60 minutos e devem ocorrer das 8h30hs às 18h30, de segunda a sábado.



Jogos Olímpicos na mira dos índios da Amazônia

SÍTIO PUBLICO.PT, 01.04.2014

Jovens indígenas estão a ser treinados num projecto que procura talentos para a selecção olímpica brasileira de tiro com arco. Deixaram a aldeia e vivem em Manaus. Estão felizes e só o barulho os incomoda.

Oito índios estão lado-a-lado, de arco e flecha na mão. Olham concentradíssimos para o horizonte. Respiram fundo. Erguem o arco, puxam o braço atrás e apontam, fechando um dos olhos e encostando a corda à boca e ao nariz. Sustêm a respiração, sempre em silêncio absoluto. Esperam o momento certo. É agora. Largam a corda e a flecha sai a grande velocidade. O alvo foi atingido em cheio. A missão foi cumprida. Só que a missão não é mais uma sessão de caça no meio da Amazônia, mas sim um treino na vila olímpica de Manaus.

Inha Quira, Mui Piruata, Iagoara, Ywytu, Wanaiu, Ii Seen, Yaci e Wyrauassu são oito jovens índios que deixaram as suas aldeias para viver um ano em Manaus. O arco e a flecha sempre fizeram parte da vida deles. Os rapazes usam-nos para pescar e caçar logo pela manhã, quando saem para o rio ou a floresta com os pais. As meninas também se aventuram, quanto mais não seja pela brincadeira de acertar num lagarto ou num rato. Agora, os oito indígenas, com idades entre os 14 e os 21 anos, passam a maior parte do tempo a usar os seus nomes brasileiros (Nelson, Anderson, Drean, Gustavo, Jardel, Josiel, Graziela e Guibson) e a treinar-se para um dia serem atletas olímpicos.

Esta "ideia inusitada" — como lhe chama Márcia Lot, a caçadora de talentos que foi descobri-los no meio da floresta —, surgiu em Setembro de 2012. Virgílio Viana, superintendente-geral da Fundação Amazonas Sustentável, uma organização não-governamental, lembrou-se que estava na hora de aproveitar o talento natural dos índios. "Eles caçam uma arara voando a 100 metros de altura. O nosso desafio é misturar essa sabedoria tradicional com a tecnologia de ponta dos desportos olímpicos", diz Virgílio Viana, um engenheiro florestal com muito trabalho feito na conservação da Amazônia.

Lançada a ideia, Márcia deixou São Paulo e aventurou-se pela Amazônia dentro. Viajando de barco, esta mulher de meia-idade, formada em educação física e especializada em treino, foi-se "infiltrando nas comunidades". Viajou até oito horas de distância de Manaus. Organizou provas para tentar perceber quem tinha talento para o alto rendimento. Mostrou filmes para explicar o que são os Jogos Olímpicos, porque em algumas aldeias ninguém fazia ideia do que isso era. Recebeu "nãos" de mães que jamais deixariam os filhos abandonar a aldeia. Mas também recebeu "sins" de pais que viram na mudança para Manaus uma oportunidade para os filhos.

Depois de ter observado perto de 80 jovens, Márcia levou 12 indígenas para testes em Manaus e o grupo foi agora reduzido para oito. É difícil arrancar-lhes palavras e sentimentos. "São

CONT.



muito silenciosos”, como diz Márcia Lot, com uma bandeira do Brasil a amparar os cabelos grisalhos. Mas quase todos falam em oportunidade. “É uma oportunidade de treinar para Olimpíadas. Ela [Márcia] foi procurar talentos e tive a sorte de ser um deles”, diz Gustavo (Ywytu), de 17 anos, com muita timidez nas palavras e no olhar.

Gustavo é um dos sete rapazes. Graziela, de 18 anos, é a única menina do grupo. Sorri, com vergonha da câmara. “É uma experiência boa e única. A gente morava no interior e quando a dona Márcia apareceu por lá, atrás de arqueiros para vir treinar para cá, gostei muito”, conta a jovem, cujo nome indígena é Yaci (lua). “Os meus pais apoiaram a minha vinda”, diz Graziela, que já fez testes para estudar contabilidade e espera que este projecto ajude a melhorar a imagem dos índios: “As pessoas podem descobrir que somos pessoas normais, como todo o mundo.”

O ruído que incomoda

Os jovens índios, das etnias Kambeba, Karapanã e Baré, estavam habituados a usar o arco tradicional, em madeira. Agora, treinam-se com o arco olímpico e já estão adaptados. “Eu até achava que era difícil pegar numa pessoa que já começou com arco indígena, e que tinha vários vícios, mas o biótipo deles ajuda. Eles são robustos, têm uma estatura boa para o tiro com arco”, analisa Roberval dos Santos, várias vezes campeão brasileiro de tiro com arco e treinador destes jovens.

“Eles têm talento natural”, acrescenta Roberval, que até agora não notou dificuldades em ensiná-los: “Nas três selectivas aqui, eles ficaram cinco dias e aprenderam o que normalmente levamos dois meses para ensinar para pessoas que vêm fazer aulas.”

O projecto “Arqueria Indígena” entrou numa nova fase. Até agora, os aspirantes a atletas passavam pequenos períodos (dez dias) em Manaus, para aperfeiçoarem a técnica. Agora, vão ficar o ano inteiro, separando-se das famílias. É um desafio maior, o preço do desejo de ser atleta olímpico. “Daqui para a frente, quero treinar e quem sabe entrar na selecção brasileira de arco e flecha. E ganhar”, diz Anderson Costa, de 15 anos. Mui Piruata, como também é conhecido, deixou ficar a mulher na aldeia. Sim, Anderson é casado, apesar de o ar tímido e imberbe não o denunciar. “Na primeira vez [que vim], ela [a mulher] ficou um pouco brava comigo. Queria até que eu dormisse fora de casa. Mas depois aceitou e apoiou eu vir para cá treinar. Ficou tudo bem entre nós”, conta o jovem, entre sorrisos.

Anderson já tinha desafiado a lógica quando fugiu com a namorada pelo rio fora, porque os pais não aceitavam que eles se casassem. Só voltou quando a família concordou com o casamento. Agora, trocou a tranquilidade e o silêncio da aldeia de Três Unidos pela agitação e barulho de uma cidade com dois milhões de habitantes. A adaptação não tem sido fácil. “Tem sido difícil. Dá saudade dos amigos e da família, mas estou-me acostumando. Estou ficando bem. Tenho novos amigos”, reconhece Mui Piruata. O que mais o incomoda na cidade é o ruído. “Não suporto o barulho. E às vezes há muita quentura.”

Márcia confirma que “eles acham a cidade barulhenta”. “Às vezes preferem ficar quietinhos no
CONT.



quarto”, diz a tutora, que tem tentado fazer uma integração gradual. “Na primeira temporada, fomos ao supermercado, na segunda ao shopping center, na terceira ao cinema. Agora, vamos ao aeroporto. Tudo devagar, para não haver choque, porque muitos deles nunca tinham vindo para a cidade”, explica, acrescentando que nota fascínio e algum medo destes jovens pelas coisas novas da cidade.

“O desporto salva”

A diferença entre a aldeia e a cidade é ao mesmo tempo um perigo, mas também um teste para ver como reagem à pressão emocional de estar num sítio diferente: “Sinto que eles ficam bastante melancólicos, nostálgicos. Às vezes estão conversando e o olhar está longe, namorando a piscina olímpica da vila, porque a vida deles é na beira do rio”, diz Márcia Lot, que a cada dois meses os levará a passar alguns dias com a família.

Roberval dos Santos também destaca esse lado psicológico. “Não basta ter uma boa postura, boa execução no tiro, têm de ter o psicológico muito forte. É nessa hora que se separa um campeão olímpico de um arqueiro que simplesmente participa em Olimpíadas. A gente precisa de os expor às dificuldades e à pressão psicológica de uma competição”, conta o treinador, que nos próximos meses os acompanhará em competições regionais e nacionais. Os primeiros “resultados foram muito bons”, diz Márcia Lot: “Foram primeiros no infantil e juvenil, junto com os branquinhos. Nós somos branquinhos para eles.”

Quando a Fundação Amazonas Sustentável criou este projecto, a meta eram os Jogos Olímpicos de 2016, que se realizam no Rio de Janeiro. Mas o treinador avisa que esse é um objectivo demasiado ambicioso. “O Mundial de 2017, os Jogos Panamericanos de 2018 e Olimpíadas de 2020, essas sim, podem ser as nossas metas. Conseguir colocá-los na selecção olímpica para 2016, onde há gente com 15 anos de experiência, é bem complicado”, diz o treinador, avisando também que ainda é cedo para perceber se algum destes indígenas tem estofo de campeão olímpico. “Leva anos para saber isso.”

Independentemente de os jovens se qualificarem para os Jogos Olímpicos, este projecto vai continuar. Porque não se esgota no aspecto desportivo. “Em primeiro lugar, é um projecto de inclusão, porque o indígena no Brasil foi muito rejeitado, por inúmeras décadas, e ainda é”, argumenta Márcia Lot. “Temos uma dívida histórica com os indígenas, porque a gente os massacrou muito. A gente tem a intenção de resgatar a auto-estima deles e a gente está conseguindo, porque eles se sentem valorizados. Estão muito contentes.”

Esta caçadora de talentos tem a “filosofia de que o desporto salva” e vê isso mesmo neste projecto: “A gente olha e a juventude está muito perdida. Quando os indígenas vêm para a cidade, sem uma meta e um foco, principalmente aqui em Manaus, acabam caindo na bebida, as meninas acabam caindo na prostituição e acabam-se perdendo. Eles são muito puros, muito ingênuos. Colocando-os no desporto, eles têm um foco”, defende Márcia, afirmando que esta iniciativa foi muito bem recebida nas aldeias e que nunca viu do outro lado o sentimento de que poderiam estar a ser explorados.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 60./ 2014

Brasília, 02 de abril de 2014.

A treinadora lembra até uma história, passada numa das aldeias que visitou. Como ninguém sabia o que são os Jogos Olímpicos, Márcia exibiu um filme em que se via uma atleta a receber a medalha de ouro. "No fim dissemos: 'quem sabe um dia a gente possa trazer o ouro olímpico para a sua aldeia'. Aí o pajé, um senhor muito velhinho, disse: 'Finalmente o homem branco vai devolver o ouro que levou de nós há tantos séculos.'"



Vale oferece R\$ 2 milhões de indenização a índios de Aracruz por cortar aldeias com ferrovia

SÍTIO SÉCULO DIÁRIO, 01.04.2014

Valor pleiteado pelos índios e acordado anteriormente com a empresa totaliza R\$ 19 milhões

Em reunião realizada nesta segunda-feira (31), a Vale apresentou uma contraproposta no valor de R\$ 2 milhões de indenização às lideranças indígenas das aldeias de Comboios e Córrego do Ouro, em Aracruz, norte do Estado. Os índios realizam protestos há duas semanas, devido à recusa da mineradora em compensá-los pelo uso das terras há 30 anos, para passagem de sua ferrovia. O valor pleiteado pelos índios e acordado anteriormente com a empresa é de R\$ 19 milhões.

Esse total tem como base o necessário para o desenvolvimento da agricultura tradicional, principal demanda dos índios para garantir a subsistência das aldeias. Sem apoio do poder público e com os impactos gerados por décadas pelos plantios de eucalipto da Aracruz Celulose (Fibria), as famílias indígenas enfrentam dificuldades. Também participaram do encontro inicial o Ministério Público Federal (MP) e a Fundação Nacional do Índio (Funai), em suas instâncias nacional e estadual.

Os índios recusaram a contraproposta da Vale e insistiram no valor inicial. Os representantes da empresa alegaram que precisam se reunir com a gerência da mineradora para avaliar a questão e disseram que essas reuniões acontecem somente às segundas-feiras. Por isso, uma nova reunião entre a mineradora e os índios foi marcada para a quarta-feira da próxima semana (9).

Ainda nesta noite, será feita uma reunião na aldeia de Comboios para que a comunidade indígena decida se os protestos na estrada de ferro serão retomados ou, ainda, se dará entrada definitiva na ação civil pública que exige o pagamento pela Vale. A ação está pronta mas, diante da abertura de diálogo por parte da mineradora, o processo ainda não foi ajuizado no Ministério Público Federal (MPF).

O pagamento da indenização deveria ter sido acordado com os índios em uma reunião que aconteceria no último dia 18 quando, ao invés disso, a Vale cancelou sua participação por um telefonema e enviou, por mensagem SMS, uma contraproposta de R\$ 400 mil, valor irrelevante para o desenvolvimento do Plantar, projeto de agricultura tradicional desenvolvido pelos índios. Por conta disso, os índios optaram por fechar, em forma de protesto, a estrada de ferro da Vale, que corta as aldeias. Nesta terça-feira (1), a ocupação completa duas semanas.

O segundo cancelamento da participação da Vale em uma reunião com os índios aconteceu no dia 23 e foi comunicada pelos advogados da empresa ao procurador da República responsável pelo caso, Almir Sanches. Diante de mais uma ação desrespeitosa, os índios, que haviam desocupado a ferrovia diante da proposta de diálogo, retomaram a ocupação.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 60./ 2014

Brasília, 02 de abril de 2014.

Durante os dias de ocupação, os índios acusaram a Vale de protelar a situação e ainda ameaçar usar força policial para retirá-los dos trilhos da ferrovia. A empresa também

CONT.

determinou sobrevoos de helicópteros nas terras demarcadas. Os índios reiteraram que este é um protesto pacífico e, não à toa, cessaram as ocupações em todas as vezes que a mineradora demonstrou uma abertura de diálogo.

Na quinta-feira (27), a Vale enviou um mandado de reintegração de posse da ferrovia que corta as aldeias e propôs a reunião desta segunda. A proposta foi acatada pelos índios, que suspenderam os protestos até que os resultados da reunião sejam debatidos com as aldeias.



Boletim de Notícias - Edição nº 60./ 2014

Brasília, 02 de abril de 2014.

Fotógrafo paulistano lança livro sobre comunidades quilombolas do Amapá
SÍTIO G1, 01.04.2014

*Obra reúne fotografias de cultura afrodescendente no estado.
Lançamento está programado para o dia 3 de abril, em Macapá.*

O fotógrafo paulistano Maurício de Paiva lança em Macapá o livro 'Rufar dos Tambores', um fotodocumentário que retrata, através da visão fotojornalística do autor, as singularidades culturais e religiosas das comunidades afro-amapaenses. O livro será lançado no dia 3 de abril em um shopping center localizado na Rodovia JK, Zona Sul de Macapá. O trabalho mostra grupos manifestantes de marabaixo, batuque, zimba e sayrê, dos quilombos afrodescendentes do Amapá.

Fotógrafo da versão brasileira de uma das principais revistas sobre geografia, ciência popular, história, cultura, eventos e fotografia do mundo, Paiva chegou a Macapá em 2005 para conviver e aprender um pouco mais sobre a cultura afro-brasileira, que tem fortes raízes no estado.

"Durante esses anos de pesquisa, tive grandes experiências frutíferas e vantajosas no extremo norte da linha do equador, dando-me mais norte, dando-me rufar mais alegre no ideário interno do projeto, compondo mais o conteúdo da obra", disse Paiva.

A exposição de lançamento do trabalho inicia às 19h no hall administrativo do shopping center, e terá a presença da autora do prefácio da obra, professora doutora Piedade Lino Videira, graduada em educação artística com habilitação em artes plásticas pela Universidade Federal do Amapá (Unifap).

Serviço

Lançamento do livro 'Rufar dos Tambores'

Data: 3 de abril

Hora: 19h

Local: Amapá Gardem Shopping, na Rodovia JK

Obra com temática indígena tem estreia mundial no Festival Amazonas de Ópera de 2014

SÍTIO PORTAL AMAZÔNIA, 01.04.2014

História de um guerreiro indígena é contada na ópera Onheama, que tem participação do Balé Folclórico do Amazonas



FAO de 2014 terá coreografias regionais. Foto: Reprodução/Balé Folclórico do Amazonas

MANAUS – A edição de número 18 do Festival Amazonas de Ópera (FAO), que vai de 19 de abril a 4 de junho, levará ao palcos do Teatro Amazonas a estreia mundial da ópera Onheama. A peça conta a história de um jovem guerreiro indígena e terá a participação do Balé Folclórico do Amazonas.

Onheama é destinada ao público infanto-juvenil e toma como base o poema 'A Infância de um Guerreiro', do amazonense Max Carpentier. É a história épica de um guerreiro indígena, com todas as suas tradições, lendas e origens amazônicas. A obra foi encomendada para o festival junto ao compositor, regente e diretor da Sala Cecília Meireles (RJ), João Guilherme Ripper.

A atuação do Corpo Artístico Balé Folclórico do Amazonas na ópera Onheama tem coreografia assinada pelo bailarino e coreógrafo André Duarte.

Para o assistente de direção do Balé Folclórico do Amazonas, Adam Souza, a apresentação vai
CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 60./ 2014

Brasília, 02 de abril de 2014.

contribuir para a formação dos bailarinos. "As temáticas regionais que viram óperas enriquecem o aprendizado dos bailarinos. Eles conhecem mais a nossa história e cultura: as lendas e os mitos amazônicos". Adam contou que esta não é a primeira vez que a turma leva ao palco apresentações inspiradas em temáticas regionais. "Em edições anteriores do Festival de Ópera fizemos o trabalho de corpo das obras a 'Lenda do Guaraná' e 'Floresta do Amazonas'".

Agenda

Onheama tem estreia no dia 25 de maio, às 19h, no Teatro Amazonas. Outra apresentação está agendada para dia 1 de junho, ao redor do Teatro Amazonas, no Largo São Sebastião.

O FAO de 2014 terá 39 concertos e recitais, oficinas e mesas-redondas, que tornam o evento o maior do gênero no Brasil.



Draga parada preocupa moradores ribeirinhos de Itapetininga

SÍTIO G1, 01.04.2014

Máquina usada para desassoreamento está quebrada.

Prefeitura afirma que trabalhos serão retomados nos próximos dias.

Moradores ribeirinhos de Itapetininga (SP) cobram da prefeitura a continuidade do serviço de limpeza de rios e córregos. Uma draga usada para fazer o desassoreamento está parada há várias semanas e o trabalho ainda não foi concluído. De acordo com a prefeitura, uma peça da máquina quebrou, por isso, a limpeza dos rios não tem sido feita.

Conforme mostra reportagem exibida nesta terça-feira (1º) pela TV TEM, a draga está parada às margens do córrego Ribeirão dos Cavalos. A pá está até mesmo tomada por mato devido à falta de uso.

A situação preocupa quem mora na região já que a draga deveria fazer a remoção de terra, lixo e entulho acumulados no leito. A não remoção desses materiais é um dos principais problemas que afetam os rios, principalmente, os que passam pelas cidades já que o assoreamento dificulta a vazão da água, podendo provocar enchentes em período de chuva.

O carpinteiro Antônio Carlos Santos é morador da Vila Mazzei e conta que não vê movimentação do equipamento. "Já faz tempo que passo por aqui e vejo essa draga parada direto. Isso é uma falta de vergonha", opina.

O servente de pedreiro João Antônio Medeiros é outro morador do bairro e está indignado. Para ele, a situação trás prejuízos para a cidade. "Já era para a beira do ri estar limpa, mas nunca cumprem o serviço. Toda vez está estragado. O prefeito está pagando por uma coisa que não tem utilidade", diz.

Há quase dois meses, a situação foi mostrada na TV TEM e no G1. Na época, a máquina estava em funcionamento. A draga que foi emprestada à Prefeitura de Itapetininga pertence ao Departamento de Águas e Energia Elétrica do Estado de São Paulo (DAEE). O município é responsável apenas pelos custos com manutenção e funcionários. A prefeitura havia informado na ocasião que a previsão de término do trabalho era setembro.

Segundo informações da assessoria de imprensa da prefeitura, a draga trabalhou por alguns dias e limpou 40 metros do ribeirão dos Cavalos, mas a lona de freio quebrou. A peça foi solicitada e, de acordo com a administração, deve chegar nos próximos dias. A prefeitura informou apenas que o trabalho retorna em breve, mas não disse a data exata.



Governo promove inclusão digital em escolas das comunidades quilombolas

SÍTIO AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DO PARANÁ, 01.04.2014

O Governo do Paraná entregou segunda-feira novos equipamentos de informática à comunidade quilombola João Surá, em Adrianópolis, na Região Metropolitana de Curitiba. Em Palmas, na região Centro Sul do Estado, os alunos e professores do Colégio Estadual Quilombola Maria Joana Ferreira também estão recebendo os equipamentos.

São 306 tablets, dois notebooks, dois datas-show e dois HDs externos, de 1 terabyte cada, para as duas comunidades. A entrega é resultado da parceria entre a Secretaria de Estado da Educação com a Receita Federal, responsável pela doação dos materiais. "É uma parceria importante, em que adquirimos esses equipamentos dentro das regras legais e repassamos para quem trabalha diretamente com a organização da educação e também para alunos que mais precisam", destacou o vice-governador e secretário de estado da Educação, Flávio Arns.

Os equipamentos serão usados para inclusão social e pedagógica, além de permitir o acesso a conteúdos educacionais e melhorar o trabalho desenvolvido em sala de aula. Foram entregues 46 tablets, um notebook, um data-show e um HD externo de 1 terabyte.

Em Adrianópolis, os novos aparelhos serão utilizados pelos professores e alunos do Colégio Estadual Diogo Ramos. "Vai melhorar muito o nosso trabalho. Com essas novas ferramentas poderemos desenvolver aulas mais dinâmicas e com isso chamar mais a atenção dos alunos, que vão se sentir mais motivados também", disse a professora de Geografia, Luana Moreira de Araújo.

Técnicos dos Núcleos Regionais de Educação darão cursos aos professores e funcionários para utilizar os equipamentos. Em seguida a própria escola vai definir quais os aplicativos necessários para complementar as disciplinas vistas em salas de aula com acesso à internet e consulta a revistas e livros pedagógicas. "Esses equipamentos representam uma conquista importante para esta comunidade remanescente de quilombo que está distante das políticas públicas e dos recursos básicos para a sobrevivência. Os nossos estudantes terão acesso a novas tecnologias durante a formação e não ficarão limitados apenas ao quadro de giz e a voz do professor e professora" frisou a diretora, Nará Souza Oliveira.

Para a aluna Tais Cristina Gonçalves de Cristo, 13 anos, 8º ano, os novos equipamentos vão tornar as aulas mais divertidas e práticas. "Nós teremos uma aula mais interativa. Se precisarmos poderemos consultar gráficos, tabelas e mapas e não nos limitarmos apenas aos livros", contou a Tais.

NOVA ESCOLA – Os equipamentos poderão ser usados no novo prédio do Colégio Estadual Diogo Ramos que começará a ser construído neste ano pelo Governo do Paraná. A nova escola será construída em um terreno ao lado do prédio atual.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 60./ 2014

Brasília, 02 de abril de 2014.

Serão investidos R\$ 1,3 milhão na construção do novo prédio que terá laboratórios, refeitório e cozinha, salas administrativas e seis novas salas de aula para atender a 630 alunos matriculados nos três turnos. "A educação é a ferramenta importante para a formação cidadã das pessoas e nós teremos uma escola nova. Com isso, os nossos alunos não vão precisar ir para outra escola para estudar", destacou o líder comunitário Antônio Carlos de Andrade.

O novo prédio é uma reivindicação de mais de cinco anos da comunidade João Surá, que foi formada na região há mais de 260 anos e conta com aproximadamente 150 habitantes. "A nossa comunidade está sendo privilegiada com a construção dessa nova escola porque ela trará muitos benefícios para todos", disse a aluna Gislaine Neves Galvão Pereira.

A construção faz parte de um pacote de 81 colégios novos construídos desde 2011 totalizando um investimento de mais de R\$ 316 milhões.

SAREH - Os aparelhos também foram entregues para alunos com paralisia cerebral atendidos em casa ou nos hospitais pelo Serviço de Atendimento à Rede de Escolarização Hospitalar (Sareh). Ao todo 16 hospitais e duas comunidades terapêuticas vão receber 177 tablets e 14 notebooks. Também foram entregues pela Secretaria da Educação 275 tablets para alunos com deficiência física neuromotora e dois notebooks e um HD de 1 terabyte para o Museu Escola.

HABITAÇÃO - Em Adrianópolis, a Companhia de Habitação do Paraná (Cohapar) já realizou a entrega de 54 moradias rurais, destinadas ao atendimento de famílias quilombolas do município.

O investimento no projeto foi de R\$ 1,7 milhão em recursos estaduais. Outras 22 casas estão sendo construídas na comunidade João Surá, com investimentos de R\$ 550 mil. A previsão é de que as obras sejam concluídas até julho.

Saiba mais sobre o trabalho do governo do Estado em: <http://www.facebook.com/governopr> e www.pr.gov.br



Votação do PL de Schuch que proíbe demarcação em pequenas propriedades fica para a próxima semana

SÍTIO RÁDIO FANDANGO, 01.04.2014

O projeto de lei de autoria do deputado Heitor Schuch que proíbe a demarcação de pequenas propriedades rurais do Rio Grande do Sul para fins de formação de territórios indígenas e quilombolas deve ser votado na próxima terça-feira (8) na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Assembleia Legislativa. Se aprovada, a proposta segue para votação em plenário.

Com parecer favorável do deputado Dr. Basegio (PDT), o PL foi discutido na sessão da CCJ de hoje (1º) mas, diante do pedido de vistas apresentado pelo deputado Frederico Antunes (PP), teve sua apreciação adiada para a semana que vem. De acordo com o projeto, a proibição deverá valer para áreas particulares com até quatro módulos fiscais, no caso de terras destinadas a produção agrícolas, e até 300 hectares se a atividade for pecuária. "Precisamos fazer alguma coisa para defender os produtores que estão ameaçados de perderem suas terras. Não adianta tentar corrigir uma injustiça com outra", afirma Schuch.

Conforme o parlamentar, as demarcações de terras em benefício das comunidades indígenas e dos descendentes de quilombolas têm provocado insegurança no campo. "A falta de planejamento e as atitudes irresponsáveis da Funai e da Fundação Palmares estão criando uma situação com consequências sociais e econômicas sem precedentes no Brasil", diz o deputado, lembrando que hoje 84,4% das propriedades agropecuárias são de agricultura familiar, um percentual que abrange 4,3 milhões de unidades, responsáveis por 77% da produção de alimentos no país. "Não é correto que esses pequenos agricultores sejam despejados para dar lugar a indígenas ou descendentes de quilombolas, que devem sim ter os seus direitos respeitados e as injustiças do passado corrigidas, mas não criando-se uma nova injustiça com a desagregação das famílias que hoje são proprietárias destas terras."

Coforme o projeto, quando realizadas em áreas de em que houver propriedades familiares, as demarcações deverão acontecer de forma descontínua, preservando os limites das mesmas



Oito índios da região do Xingu participam de ação pedagógica

SÍTIO O PROGRESSO, 02.04.2014

Pertencentes a etnia kuikuro, família de índios ficaré em Tatuí por um mês

Desde a última semana de março, oito índios da etnia kuikuro, da região do Alto Xingu, estão hospedados no sítio Santa Rosa, na zona rural do município. Esta é umas das 14 etnias que vivem no Parque Indígena do Xingu.

A família de índios ficaré em Tatuí pelo período de um mês, para desenvolver atividades de intercâmbio cultural com estudantes.

O projeto "Intercâmbio Indígena" é desenvolvido pelo sítio Santa Rosa há 11 anos, em abril, quando é comemorado o Dia do Índio, no dia 19.

Com ele, os alunos de escolas públicas e particulares, de quatro a dez anos, têm a oportunidade de conhecer e vivenciar a cultura dos índios, interagindo com representantes de diversas etnias indígenas do Brasil.

Na segunda-feira, 31, cerca de cem alunos da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apae) participaram da abertura das atividades do intercâmbio cultural.

Na ocasião, eles conheceram um pouco sobre a cultura e os hábitos diários dos índios do Alto Xingu, visitaram dois tipos de moradia e um pequeno museu do índio, aprenderam as técnicas do arco e flecha e da zarabatana, tiveram os rostos pintados e conheceram o artesanato indígena.

Para a diretora pedagógica da Apae, Elen Adriana Teotônio, o intercâmbio cultural indígena é um momento importante para os alunos da instituição, pois proporciona atividades diferentes das quais eles estão acostumados e têm acesso no dia a dia.

"É muito interessante e um grande aprendizado para todos eles. Os alunos ficam ansiosos e 'numa alegria só' em sair da rotina, até mesmo aqueles que já participaram do passeio e sabem como é", relatou a diretora.

O índio Yamalui Kuikuro, 30, é tradutor, transcritor e pesquisador indígena, recebeu uma bolsa do Museu do Índio para estudar, vai publicar um livro no próximo ano e participa do intercâmbio cultural pelo segundo ano.

Para ele, é importante participar de atividades como essa, por ser oportunidade que os índios têm de contar a própria história e receberem o "respeito" das pessoas, ou dos "homens brancos", como eles dizem.



Boletim de Notícias - Edição nº 60./ 2014

Brasília, 02 de abril de 2014.

“Este é um convite importante para mostrar aos ‘homens brancos’ a nossa realidade, como vivemos, o que fazemos e toda a nossa cultura. E eles vão aprender comigo e vão me ouvir a falar dos índios, não é um antropólogo, um filme ou um escritor que está falando da gente, somos nós mesmos. É dessa forma que recebemos o respeito do ‘homem branco’, e o índio precisa disso”, ressaltou Kuikuro.

Além de dois irmãos, vieram com Kuikuro a esposa, duas filhas, a cunhada e o sobrinho dele. Todos eles ficarão em Tatuí durante todo o mês de abril.

Kuikuro também contou que, na aldeia dele, vivem 750 índios e que, atualmente, já existe uma escola de ensino médio em português para todos eles.

“Eu e meus irmãos somos alunos, e tivemos que pedir licença para o professor para estarmos aqui em Tatuí. No final dessa experiência, a gente tem que escrever um relatório relatando tudo o que vivemos aqui para não sermos reprovados na escola”.



STJ mantém decisão que dá titularidade de terra no AM a índios

SÍTIO CORREIO BRAZILIENSE, 02.04.2014

A área em questão fica às margens do Rio Uatumã

A Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça (STF) manteve, por unanimidade, a sentença em que a Justiça Federal no Amazonas reconheceu que uma parcela das terras desapropriadas para permitir a construção da Usina Hidrelétrica de Balbina pertenciam à União por se tratar de uma área historicamente ocupada por índios da etnia Waimiri-Atroari. A área em questão fica às margens do Rio Uatumã, em Presidente Figueiredo (AM), e foi desapropriada na segunda metade da década de 1980, por solicitação da empresa estatal Centrais Elétricas do Norte do Brasil (Eletronorte). Atualmente, Balbina é operada pela Amazonas Energia, uma subsidiária da Eletrobras.

A disputa judicial envolve de um lado a empresa Serragro Indústria, Comércio e Reflorestamento e, de outro, os waimiris-atroaris, a Fundação Nacional do Índio (Funai), a União, o Ministério Público Federal (MPF) e a própria Eletronorte que, ao propor a desapropriação da área em 1986, não apontou eventuais proprietários ou possuidores para serem indenizados. Representantes da Serragro alegam que a empresa é legítima dona da área, recebida mediante doação do governo do Amazonas, conforme atesta um título de propriedade apresentado.

A Serragro foi à Justiça cobrar o direito de receber a indenização devida pelas terras, mas a juíza da 1ª Vara da Seção Judiciária do Amazonas, Jaíza Maria Pinto Fraxe, entendeu que as terras eram ocupadas originalmente por índios waimiris-atroaris e que, portanto, o título de propriedade apresentado pela empresa não tinha valor legal, pois o governo do Amazonas teria doado um imóvel que não lhe pertencia.

A juíza também declarou que a comunidade indígena seria a única beneficiária da eventual compensação financeira e que a área em disputa deveria voltar a ser declarada bem patrimonial da União, de usufruto indígena, conforme estabelece a Constituição Federal.

Posteriormente, a sentença foi anulada pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1). Ao analisar um recurso ajuizado pela Serragro, o TRF1 determinou que as indenizações fossem pagas à empresa. Foi então a vez do MPF, da Funai, da União e da própria Eletronorte recorrerem do acórdão, garantindo, na Segunda Turma do STJ, o reestabelecimento da decisão da 1ª Vara da Seção Judiciária do Amazonas, que desconhece a legitimidade do título de propriedade concedido pelo governo estadual à Serragro.

Procurada pela Agência Brasil, a advogada da Serragro, Marisa Schutzer Del Nero Poletti, relativizou o alcance da decisão do STJ, alegando que a Segunda Turma do tribunal apreciou apenas a questão processual - ou seja, se os recursos apresentados pela empresa eram apropriados ao caso - e não o mérito do processo, ou seja, a titularidade da terra.

CONT.



“Por isso, vamos agora discutir os instrumentos legais para retomar a discussão sobre a titularidade da área, que não foi o objeto de análise do STJ, que tratou apenas da questão processual”, disse a advogada. Ainda segundo ela, a decisão diz respeito a apenas um dos vários processos relativos à titularidade de terras desapropriadas para a construção da Usina de Balbina.

No acórdão da decisão, publicado hoje (2), o STJ aponta que a Serragro interpôs, erroneamente, um agravo de instrumento e, três dias depois, uma apelação. “Seu direito de impugnar [contestar] certo ato judicial de conteúdo decisório tinha vencido com a primeira interposição, estando a segunda inarredavelmente preclusa [impedida]”. Por isso, o entendimento foi o de que o recurso não poderia ter sido conhecido pelo TRF1. Procurada, a Eletronorte não comentou o assunto. Nem a advogada da Serragro, nem o TRF1 souberam informar o tamanho da área em disputa – que também não é mencionada no acórdão publicado pelo STJ.



39 dias se passaram e índios pataxós permanecem ocupando a sede do Parque Nacional do Descobrimento em Prado

SÍTIO TEIXEIRA NOTÍCIAS, 02.04.2014

Na manhã do dia 22/02 cerca de 180 indígenas da etnia pataxó ocuparam a sede administrativa do Parque Nacional do Descobrimento, que fica localizado no município de Prado/BA.

39 dias se passaram e os indígenas continuam no local.

De acordo com informações dos indígenas, o ato tem como objetivo, dentre as diversas requisições, pressionar o governo federal para que ocorra a demarcação da terra indígena dentro do Parque.

Essa briga entre indígenas e PND é antiga, mas os últimos estudos feitos na área definiram o Parque como não sendo terra indígena e sim uma Unidade de Conservação de Proteção Integral.

Mesmo com essa confirmação, os grupos indígenas não saem da área e, hoje, ocupam 4 aldeias no interior do Parque.



Localização das aldeias no interior do Parque

Quando os índios invadiram a sede, a coordenação regional da Funai informou, através da assessoria de imprensa, que estava trabalhando em conjunto com o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, para que os indígenas saíssem pacificamente do local. Contudo, 39 dias se passaram e eles continuam na sede administrativa do Parque.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 60./ 2014

Brasília, 02 de abril de 2014.

A invasão está trazendo prejuízos para o trabalho dos servidores da Unidade, bem como atrasando estudantes que estão em processo de desenvolvimento de pesquisas no interior da unidade. Os acadêmicos correm o risco de não se formarem por conta da invasão que impossibilita a entrada deles no PND.

Apesar de ainda ser pouco conhecido, o Parque Nacional do Descobrimento é o maior fragmento de Mata Atlântica de todo o Nordeste brasileiro, e precisa ser protegido, pois atividades como caça, desmatamento, dentre outras, estão destruindo esse tesouro de Prado.



Pesquisa da UFSCar aponta desigualdade racial na ação da PM em SP

SÍTIO UFSCAR, 02.04.2014

Pesquisadores constataram que negros são maioria entre vítimas de mortes cometidas por polícias, são mais presos em flagrante e mais visados em abordagens.

Pesquisadores da Universidade Federal de São Carlos realizaram uma pesquisa inédita sobre o racismo na ação da Polícia Militar paulista. Os dados obtidos em entrevistas com policiais, observação das abordagens e análise de dados estatísticos mostram que os policiais matam e prendem mais pessoas negras do que brancas.

Coordenada pela Profa. Dra. Jacqueline Sinhoretto, do Grupo de Estudos sobre Violência e Administração de Conflitos do Departamento de Sociologia da UFSCar, a pesquisa analisou Inquéritos Policiais que versam sobre mortes cometidas por polícias e que são acompanhados pela Ouvidoria da Polícia do Estado de São Paulo e ainda dados obtidos junto à Secretaria de Segurança Pública. Além disso, foram entrevistados oficiais e praças da PM.

A pesquisa descobriu que em São Paulo, nos anos de 2010 e 2011, entre as vítimas de mortes cometidas por policiais, 58% são negras, ao passo que na população residente do estado o percentual de negros é de 34%. Para cada grupo de 100 mil habitantes negros, foi morto 1,4, ao passo que, para cada grupo de 100 mil habitantes brancos, foi morto 0,5. Segundo a coordenadora da pesquisa, estes números deixam evidente a ausência de políticas de segurança pública para a população negra, que culmina nas altas taxas de mortalidade por homicídio neste grupo.

Além da produção da desigualdade racial na letalidade policial, a pesquisa constatou ainda que a vigilância policial é operada de modo racializado. Em São Paulo, a taxa de flagrantes de negros é mais que o dobro da verificada para brancos. Também segundo Sinhoretto, estes dados expressam que a vigilância policial privilegia as pessoas negras e as reconhece como suspeitos criminais, flagrando em maior intensidade as suas condutas ilegais, ao passo que os brancos gozam de menor vigilância da polícia para suas atividades criminais.

A pesquisa será apresentada em evento da Escola da Defensoria Pública do Estado de São Paulo, no dia 02 de abril, às 9h30, no Auditório da Rua Boa Vista, 200, na região central da capital.

Para saber mais, entrar em contato pelo email segurancaerelacoesraciais@gmail.com

Serviço: Apresentação dos resultados da pesquisa "Desigualdade racial e segurança pública"

Onde: Escola da Defensoria Pública do Estado de São Paulo – Rua Boa Vista, 200 – Centro – São Paulo – SP



Juventude indígena de Amajari debate o tema "Preservação da Cultura, Meio Ambiente e Fortalecimento da Nossa Autonomia"

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 02.03.2014

Ascom/CIR

Após a tradicional Assembleia Geral dos Povos Indígenas de Roraima, 11 a 14 de março, evento destinado aos tuxauas, com a participação de outras lideranças indígenas e convidados, agora, a juventude indígena segue também com as atividades e discussões, realizando os encontros regionais.

Para os próximos dias 4, 5 e 6 de abril será realizado o II Encontro Regional dos Jovens Indígenas de Amajari, com o tema "Preservação da Cultura, Meio Ambiente e Fortalecimento da Nossa Autonomia", na comunidade indígena Araça, região do Amajari. Conforme a informação da Coordenação do evento, jovens indígenas das regiões do Surumu, Baixo Cotingo, Taiano e Serra da Lua, se mobilizam para participar do Encontro.

Com a previsão da participação de 300 jovens indígenas de 18 comunidades da região do Amajari, o evento vem debater diversos temas como, meio ambiente, cultura, autonomia, fortalecimento da juventude, política partidária e outros, de acordo com a programação planejada para os três dias de evento.

Para o primeiro dia (04/04), haverá a mesa redonda com o tema, "Preservação da Cultura e Meio Ambiente", tendo como os palestrantes a coordenadora do Departamento Ambiental e Territorial do Conselho Indígena de Roraima (CIR), Sinéia Bezerra do Vale. À tarde, o debate vem com a temática sobre Jovens Indígenas: Fortalecimento da Autonomia e Política Partidária. Para o debate foram convidados o Coordenador Geral do CIR, Mário Nicacio e Renato Tupinikim da Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (APOINME).

No segundo dia (05/04/), a discussão será voltada para o tema sobre Jovens Indígenas no Contexto Acadêmico: Pesquisa e Extensão em Territórios Indígenas. As palestrantes do tema serão a egressa do Curso de Licenciatura Intercultural do Instituto Insikiran e Mestre, formada pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Pierlangela Nascimento da Cunha e a estudante do Curso de Gestão Territorial Indígena do Instituto Insikiran, Jucilene Carneiro. De acordo com a programação, os Grupos de Trabalhos (GTs) se reunirão as tardes e a apresentação em plenária no último dia (05/04) do evento.

A animação das noites culturais ficará por conta do Grupo Cruviana, cantando as belezas da mãe natureza, composições de artistas indígenas, regionais e composições independentes. O Grupo é um projeto, executado pelo Instituto Insikiran de Formação Superior Indígena, por meio dos estudantes indígenas do Curso de Gestão Territorial Indígena e alguns integrantes de cursos de graduação da Universidade Federal de Roraima, que buscam valorizar as músicas e instrumentos tradicionais.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 60./ 2014

Brasília, 02 de abril de 2014.

No último dia (06/04), pela manhã, haverá competições esportivas, como futebol, vôlei, corrida de tora, cabo de guerra e caça ao tesoureiro. Uma maneira de confraternização entre os jovens indígenas.

A Coordenadora do evento, Monaliza Ribeiro, da região do Amajari destaca a expectativa quanto à participação da juventude indígena não só da região do Amajari, mas de outras que estão se mobilizando para também participarem do Encontro. "a nossa expectativa é que possamos inserir a juventude no contexto político do movimento indígena a partir dos temas que serão debatidos no evento", destacou Monaliza.

Monaliza destacou também que, "o encontro vem para discutir a visão do jovem indígena, o que pensa sobre as questões que envolvem as políticas públicas, de acordo com a realidade de cada região, comunidade e dar continuidade a luta das nossas lideranças, pois o nosso lema, hoje, a luta continua".

Para o evento está confirmada a presença do representante Uriçari Junior Brasil, representante da juventude indígena do estado do Acre e do líder indígena do povo Yanomami, Presidente da Hutukara Associação Yanomami (HAY) Davi Kopenawa Yanomami.

O II Encontro é uma realização da Coordenação Regional dos Jovens Indígenas de Amajari, com a parceira do Ministério da Educação e Articulação dos Povos Indígenas da Região Sul (ARPINSUL), e apoio de instituições locais, Fundação Nacional do Índio (Funai/RR), Instituto Nacional e Patrimônio Histórico (INPHAN/RR), Instituto Insikiran da Universidade Federal de Roraima (UFRR), Secretaria Municipal de Cultura do Amajari, das organizações indígenas, escolas indígenas, dos tuxauas da região do Amajari e outros apoiadores.

O Conselho Indígena de Roraima (CIR) vem acompanhado as atividades da juventude indígena de Roraima, desde o final de semana, quando foram realizados dois encontros. Um na Terra Indígena Serra da Moça, região do Murupú, comunidade indígena Truaru da Cabeceira, 29 e o outro na Terra Indígena Manoá- Pium, região da Serra da Lua, comunidade indígena Alta Arraia, 30.

São iniciativas da juventude indígena que buscam discutir questões que venham contribuir não só com o movimento jovem, mas principalmente com as lideranças indígenas, no sentido de assumirem o compromisso e deem continuidade da luta em defesa da terra, autonomia, sustentabilidade, fortalecimento do movimento indígena e outras causas que envolvem a participação coletiva dos povos indígenas a nível, local, regional e nacional. Os encontros regionais são preparatórios para o III Encontro Estadual da Juventude Indígena de Roraima, previsto para ocorrer no mês de agosto.

Mais informações: 81249097(Monaliza Ribeiro- Coordenadora do evento)



Governo libera verba para combater cheias em Rondônia

SÍTIO TERRA, 02.04.2014

O governo federal autorizou o repasse de mais R\$ 827.258,42 para ações de defesa civil em Rondônia. A portaria do Ministério da Integração Nacional foi publicada nesta quarta-feira, no Diário Oficial da União.

A população do estado sofre com a maior cheia já registrada no Rio Madeira. O rio, que tem cota de alerta de 14 metros, registrou, em medição na tarde desta terça, 19,67 metros. Em todo o estado, 5.093 famílias foram afetadas pelas enchentes, a maioria ribeirinhos de Porto Velho (RO) e seus distritos. As autoridades do estado esperam que, nos próximos dias, o nível do rio se estabilize e inicie a vazante.

Este é o quarto repasse de recursos para o estado. O primeiro, no valor de R\$ 564,8 mil, foi publicado no Diário Oficial da União do dia 25 de fevereiro. A segunda ajuda financeira foi R\$ 5.266.446,75, divulgada no dia 6 de março. Em 26 de março, houve a liberação de R\$ 884 mil.

Agência Brasil



Índios recebem auxílio da Universal na capital paulista

SÍTIO NORTÃO JORNAL, 02.04.2014

Veja como foi evento realizado na zona sul da cidade.

Com a força herdada do apóstolo Paulo, os membros da Universal levam a Palavra de Deus a locais cada vez mais distantes. Sem se importar com as barreiras que se impõem no caminho, como localidade ou diferença de idioma, evangelizadores dedicam seus dias cumprindo a ordem de Jesus: "Ide, portanto, fazei discípulos de todas as nações, batizando-os em nome do Pai, e do Filho, e do Espírito Santo; ensinando-os a guardar todas as coisas que vos tenho ordenado." Mateus 28.18,19

Desta vez, quem recebeu a visita da Universal foi a aldeia indígena João Lang, localizada em Parelheiros, na zona sul da capital paulista. Embora a prefeitura doe uma colaboração para que os índios do local se sustentem, quase toda a renda deles é gerada por meio da venda de seus artesanatos e, por isso, necessitam da ajuda de outros benfeitores.

"A gente pede a Deus e aos povos de fora para ajudar com a alimentação que a gente tem, com roupa, com cobertores, que a gente precisa muito", revela a índia Eliane.

A obreira Ana Carolina destaca que, apesar da dificuldade na comunicação que possa existir, é muito importante que o trabalho seja realizado. "Assim como nós, eles têm alma dentro deles. E assim como a nossa alma foi ganhada para Deus, a gente veio para ganhar a deles."

A equipe de evangelização que realizou o trabalho também fez orações pelas famílias e doou cestas básicas, kits de higiene pessoal e roupas, além de reservar uma área especial para as crianças brincarem, inclusive doando brinquedos também.

A coordenadora da Escola Bíblica Infante-juvenil (EBI), Patricia Cagliassi, explica o que motivou o grupo a evangelizar ali: "A gente fez esse trabalho pensando neles, porque eles são excluídos da sociedade. Muitas crianças dificilmente saem da aldeia, aqui é o mundo delas. Então, o nosso trabalho é para mostrar um pouquinho do amor de Jesus para eles."

Cerca de 170 famílias foram beneficiadas na aldeia João Lang. O cacique Elias Onório reconheceu a importância do trabalho e agradeceu afirmando: "Deus vai orar por nós todos."



Qualificação de mulheres indígenas é tema de encontro no DF

SÍTIO PORTAL BRASIL, 02.04.2014

Oficina discute articulação deste segmento e de suas organizações em espaços de formulação, implementação e monitoramento de políticas públicas

Contribuir na articulação e qualificação da participação de mulheres indígenas e suas organizações em espaços de formulação, implementação e monitoramento de políticas públicas é objetivos da I Oficina de Formação e Informação de Mulheres Indígenas - Espaço Nacional de Diálogo.

Promovido pela Fundação Nacional do Índio e pela Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), o evento teve início na terça-feira (1), na sede da Funai, em Brasília – DF, e conta com a participação de mulheres indígenas representantes de organizações de várias regiões do país, técnicos da Funai e da SPM, além de consultores em gênero e povos indígenas da Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ).

Durante a abertura da I Oficina, a diretora substituta de Promoção ao Desenvolvimento Sustentável (DPDS), Maria Janete Albuquerque, afirmou que esse espaço de diálogo é fruto da luta das mulheres indígenas. "Um dos desafios é a participação das mulheres na política indigenista. Contamos com vocês para inaugurar uma nova forma de pensar a execução dessa política" afirmou Maria Janete.

Para a subsecretária de Articulação Institucional e Ações Temáticas da SPM, Vera Soares, a oficina vem contribuir para a formação das mulheres indígenas para que essas possam ser ouvidas na formulação das políticas e fortalecimento de demandas já apresentadas. "Essa é uma oportunidade de construir novas demandas e fortalecer aquelas já levantadas em outros espaços, como no 1º Seminário de Mulheres Indígenas e Segurança Alimentar e Nutricional e na 5ª Conferência Nacional de Saúde Indígena.

Rosemeire Arapasso, da União das Mulheres Indígenas da Amazônia Brasileira (UMIAB), fez o nivelamento de informações sobre o processo de construção do espaço nacional de diálogo de mulheres. Arapasso fez um resgate histórico da articulação das mulheres indígenas a partir da inserção do segmento no movimento indígena. "Nossa participação no movimento iniciou-se com a discussão da falta de espaço para conversar sobre os interesses das mulheres. Quando começamos a nos reunir, percebemos que as dificuldades são as mesmas, seja na Amazônia, seja no sul do Brasil, como a invasão de nossas terras e a violação dos direitos das mulheres, crianças e adolescentes. Ter um espaço de diálogo como esse é importante para dizermos o que é importante para nós, para trocarmos informações", explicou Rosemeire, que completou: "se nós como mulheres queremos estar na linha de frente do movimento indígena é necessário haver o empoderamento das informações".

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 60./ 2014

Brasília, 02 de abril de 2014.

A oficina continua até a próxima quinta-feira (3) e discutirá, entre outros temas, o papel das mulheres indígenas em relação à regularização fundiária, gestão ambiental e territorial em terras indígenas, além da elaboração de propostas para ampliação e qualificação da participação, da comunicação e da articulação das mulheres indígenas e das suas organizações em espaços de formulação, implementação e monitoramento de políticas públicas.

Fonte:
Fundação Nacional do Índio



Cheias no Norte do país desabrigam 250 famílias indígenas

SÍTIO CIMI, 02.04.2014

O Conselho Indigenista Missionário (Cimi) Regional Rondônia vem ao público demonstrar preocupação e ao mesmo tempo indignação neste momento difícil em que se encontram aproximadamente as 250 famílias indígenas, que hoje se somam a tantas outras mil pessoas desabrigadas pela enchente histórica do rio Madeira que se prolonga a quase dois meses, inundando e expulsando comunidades ribeirinhas e urbanas, submergindo inúmeras plantações à beira dos rios Madeira, Mamoré, Guaporé, e Pacaas Novos.

Sabemos que na região Norte o período de chuvas sempre foi um fator de preocupação para as populações que vivem às margens desses rios, porém, este ano assumiu proporções muito maiores, que colocam em risco a integridade física das famílias. Reconhecemos que existem catástrofes naturais que ameaçam a vida do planeta desde o princípio. Porém, na atualidade há novos fatores que aceleram este processo, como o aquecimento global, desmatamentos, processos erosivos no solo e a construção de hidrelétricas, como é o caso das hidrelétricas de Santo e Jirau, que segundo especialistas, apresentam erros no estudo de impacto ambiental.

É urgente que o Governo Brasileiro e autoridades competentes façam uma nova e criteriosa investigação técnica das construções e dos impactos ambientais e sociais. Que ela seja feita por profissionais especialistas e independentes, segundo indicativo do Ministério Público Federal, à exigência e à insistência da sociedade civil organizada.

O município de Guajará-Mirim está em estado de emergência desde o dia 12 de fevereiro, quando a única rodovia de acesso foi alagada pela cheia do Rio Madeira e seus afluentes. O Rio Mamoré, que separa o município da Bolívia, também alcança níveis históricos, chegando a quase 15 metros. Igualmente grave é a situação nos outros rios, provocando muito sofrimento a todas as famílias que vivem nestes locais. No município de Humaitá (AM) as famílias indígenas, ribeirinhas e urbanas enfrentam as mesmas dificuldades.

Os povos indígenas Oro Wari, Makurap, Tupari, Djoromitxi, Canoé, Wayoro, Aruá, Cassupá, Cujubim, Cabixi, Sakirabiar, Oro Wim, da Região de Guajará Mirim, e os povos Parintintim e Tenharim, em Humaitá, que também vivem às margens dos rios Mamoré, Guaporé, Pacaas Novos e Madeira, estão sendo desabrigados e em algumas aldeias as roças estão completamente inundadas.

Os povos indígenas e as populações tradicionais estão vivendo um momento de caos, perdendo todos os seus bens e as fontes de sustento. Exigimos que o Governo adote medidas que facilitem o acesso aos direitos de serem assistidos, garantindo assim a integridade física e cultural aos indígenas, ribeirinhos e famílias que vivem nas áreas urbanas de Guajará Mirim, Porto Velho e Humaitá, dando a devida assistência à todas as famílias flageladas, para que possam recuperar suas terras, suas casas e seus bens, considerando que a moradia tradicional é um bem sagrado e um direito constitucional.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 60./ 2014

Brasília, 02 de abril de 2014.

Conselho Indigenista Missionário (Cimi)
Regional Rondônia



Comissão aprova orçamento para compra de terras indígenas

SÍTIO FOLHA DO POVO, 02.04.2014

A CCJR (Comissão de Constituição, Justiça e Redação) da Assembleia Legislativa deu parecer favorável a três projetos, nesta terça-feira (1/4), entre eles o que aprova o orçamento do Fepati (Fundo Estadual de Terras Indígenas) para o exercício de 2014. Pela proposta (PL 032/2014) ficará autorizada a abertura de crédito especial até o limite de R\$ 200 milhões.

Segundo mensagem do governador André Puccinelli, o projeto conta com a parceria e o compromisso do governo federal em destinar recursos para compra de terras em torno da área indígena Buriti, em Sidrolândia, com o objetivo de acabar com o conflito existente entre proprietários rurais e a comunidade indígena.

“Sem dúvida, esse projeto é extremamente necessário após os grandes conflitos no Estado”, disse o deputado Marcio Monteiro (PSDB), que presidiu a reunião da CCJR. “Ele vem em um momento oportuno nesse entendimento do governo federal de compensar os proprietários de boa fé”, acrescentou.

Os deputados presentes na reunião também deram parecer unânime pela regular tramitação do PEC (Projeto de Emenda Constitucional) 001/2014, do deputado Marquinhos Trad (PMDB), que trata da inclusão digital, e do projeto de resolução, de Lauro Davi (Pros), que concede Título Honorífico de Cidadã Sul-Mato-Grossense.

Veto - A comissão também opinou, por unanimidade dos deputados presentes, pela derrubada de um veto total do Poder Executivo. O veto era ao Projeto de Lei 150/13, de autoria do deputado Pedro Kemp (PT), determinando a instalação de câmeras de vigilância nas entradas e saídas das agências bancárias e instituições financeiras.

Esforço concentrado - Além da análise desses projetos, os deputados também distribuíram 20 projetos para serem analisados e devolvidos na próxima reunião da CCJR, amanhã (2/4).

“A legislação eleitoral impede a criação de vantagens e benefícios para os servidores depois do dia 5. Como temos Planos de Cargos e Carreiras de diversas categorias para serem votados, existe um esforço concentrado. Eles precisam ser votados até quinta-feira. É um prazo exíguo, curto. É uma maratona, uma corrida contra o tempo, mas vamos cumprir”, avaliou Monteiro. (ALMS)



Câmara aprova inclusão de nome indígena ou africano no RG

SÍTIO PROMAD, 02.04.2014

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ) da Câmara dos Deputados aprovou nesta terça-feira (1º) proposta que permite aos afrodescendentes e indígenas acrescentarem em suas identidades sobrenomes de origem africana ou indígena, sejam eles familiares ou não.

O parecer da relatora, deputada Dalva Figueiredo (PT-AP), foi pela aprovação do substitutivo da Comissão de Direitos Humanos e Minorias, que incluiu os sobrenomes de origem indígenas, ao Projeto de Lei 803/11, dos deputados petistas Nelson Pellegrino (BA), Edson Santos (RJ) e Luiz Alberto (BA).

“É mais uma ação afirmativa na busca da identidade dos afrodescendentes e indígenas”, declarou Nelson Pelegrino, após a aprovação.

Como o texto tramitava em caráter conclusivo, ele seguirá agora para o Senado caso não haja recurso para análise pelo Plenário.

Combate ao racismo

A proposta faz parte de uma pauta relacionada ao Dia Mundial de Combate ao Racismo (21/3) elaborada pela presidência da CCJ. Segundo o presidente da comissão, deputado Vicente Candido (PT-SP), o sucesso da primeira série de pautas temáticas, na ocasião pelo Dia Internacional da Mulher (8/3), fez com que os parlamentares se comprometessem a votar e acelerar os trabalhos de aprovação de projetos de lei importantes para o País.

Fonte : Câmara dos Deputados



Indígena é esfaqueado dentro de ônibus de usina em MS

SÍTIO ITAPORÃ AGORA, 02.04.2014

Um indígena foi esfaqueado ontem (1º) dentro de um ônibus que presta serviço para a Usina Santa Helena, em Ivinhema – a 297 quilômetros de Campo Grande.

Marcolino Rossati levou uma facada na região do peito pelo também indígena Adailton Toral após um desentendimento no ônibus que seguia sentido Deodápolis à Ivinhema. O Corpo de Bombeiros foi acionado para atender a vítima e foi encaminhado para o Hospital Municipal de Ivinhema. Já o autor da tentativa de homicídio, foi detido por outros trabalhadores até a chegada da Polícia Militar que prendeu o homem e o encaminhou até a Delegacia de Polícia Civil. (Com informações Ivinotícias)

Fonte: Midiamax.



Carta assinada por entidades nacionais e internacionais e por pesquisadores e militantes exige retirada imediata de militares e regularização das terras Tupinambá
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 02.04.2014

À Exma. Sra. Dilma Rousseff, Presidenta da República Federativa do Brasil
Ao Exmo. Sr. Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal
Ao Exmo. Sr. Sr. Henrique Alves, Presidente da Câmara dos Deputados
Ao Exmo. Sr. Sr. José Eduardo Cardoso, Ministro de Estado da Justiça
À Exma. Sra. Maria do Rosário Nunes, Ministra da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República
A Exma. Sra. Maria Augusta Bollitreau Assirati, Presidenta da Fundação Nacional do Índio
Ao Exmo. Sr. Jacques Wagner, Governador do Estado da Bahia
Ao Exmo. Sr. Almiro Sena, Secretário de Justiça Cidadania e Direitos Humanos da Bahia
Ao Exmo. Sr. Paulo Maldos, Secretário de Articulação Social da Secretaria Geral da Presidência da República
Com cópia para a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH/OEA)

A sociedade civil vem, através desta, manifestar sua INDIGNAÇÃO perante a arbitrariedade do governo brasileiro, de colocar a Força Nacional de Segurança Pública e o Exército brasileiro em território dos índios Tupinambá, especialmente na Serra do Padeiro.

Nós, abaixo assinados, queremos que a Presidenta da República, autoridade maior do país, responda às denúncias realizadas pela comunidade Tupinambá, no sentido de as polícias estarem a serviço da pistolagem no sul da Bahia. Segundo os indígenas, utilizando-se dos recursos do povo brasileiro para subsidiar balas, tecnologias, combustíveis para veículos e helicóptero, homens e infraestrutura para mantê-los na região.

De acordo com denúncias recebidas, homens, tanto da Força Nacional, como do Exército, aproveitam-se da situação para molestar, agredir e constranger jovens e adolescentes, e ameaçar agricultores e indígenas. A militarização do território Tupinambá somente agrava a situação vivida pelos Tupinambá e ocupantes não indígenas. A solução do caso depende, necessariamente, da imediata publicação da Portaria Declaratória da Terra Indígena Tupinambá de Olivença, bem como do pagamento das indenizações devidas aos ocupantes não indígenas e o reassentamento daqueles que têm perfil para a reforma agrária.

Tantas vidas já foram ceifadas para alimentar a ganância dos poderosos com o aval do governo, desde a ditadura militar. Agora, não dá para assistir, sem se indignar, que o governo, através da polícia, anuncie que "vai fuzilar" uma liderança por estar defendendo sua terra, sua gente.

Conhecemos a comunidade da Serra do Padeiro e o Cacique Babau. Sabemos do seu esforço para manter as terras sagradas conservadas e seu povo unido, organizado e com autonomia.

CONT.



Sabemos que os grupos que se mantêm à custa da “pilhagem ambiental” para vender os nossos recursos naturais, junto com o sangue e suor dos brasileiros, não se conformam com o fato de que a Serra do Padeiro se mantém intacta, mantida pelos verdadeiros donos e guardiões, que sabem o valor da terra e da água. Mas não podemos acreditar que a Presidenta da República, eleita com o voto das minorias, esteja alheia a essa situação que tanto nos envergonha.

O Ministério Público Federal (MPF) já se manifestou, afirmando que “a conclusão do processo demarcatório é essencial para a pacificação da região, pois trará segurança jurídica para ambas as partes e eliminará o ambiente de incerteza sobre o real proprietário das terras em disputa”. “A demarcação definitiva trará benefícios tanto aos índios – pelo reconhecimento do seu território tradicional – como aos fazendeiros, que receberão a indenização prevista em lei”.

Diante disso, EXIGIMOS que sejam retirados do território Tupinambá o Exército e a Força Nacional, bem como seja regularizado o território Tupinambá e indenizados os pequenos agricultores.

Assinaturas de Entidades:

- AATR – Associação de Advogados de Trabalhadores Rurais no Estado da Bahia – Luís Vinícius, Pedro Diamantino, Claudio Chaves e Mirna Oliveira – Salvador – BA
- Aliança RECOs – Redes de Cooperação Comunitária Sem Fronteiras (Brasil)
- Amigos da Terra Brasil – Fernando Campos Costa – Porto Alegre – RS
- ANAI – Associação Nacional de Ação Indigenista – Salvador/Bahia
- ANDES/SN – Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior - Secretaria Regional Nordeste III – Valter Silva
- APROMAC – Associação de Proteção ao Meio Ambiente de Cianorte – PR
- ACC – Articulação de Conselhos da Comunidade – Naum Leite- Vitória da Conquista/BA
- APP – Articulação de Políticas Públicas da Bahia
- ANEL – Assembleia Nacional de Estudantes – Livre
- AJD – Associação Juízes para a Democracia – Nacional / São Paulo
- Associação dos Amigos de Maiquinique – Bahia
- Associação de Moradores de Porto das Caixas vítimas do derramamento de óleo da Ferrovia Centro Atlântica – Maria Aparecida Silva e Castro – Itaboraí – RJ
- ARES – Associação Para o Resgate Social –Camacan/BA
- Associação Socioambiental Verdemar – Danilo Moura (Waldenilton Mota) – Cachoeira/ BA
- Brigada de Audiovisual dos Povos
- Cáritas Regional Nordeste III – Bahia/Sergipe
- Casa da Economia Solidaria de Serra Grande – Urucuá. Bahia.
- Casa de Cultura Tainã e da Gunga Som Imagem e Movimento – Taguatinga/DF
- Casa Moringa –Taguatinga/DF
- CPT/BA – Comissão Pastoral da Terra da Bahia
- CESE – Coordenadoria Ecumênica de Serviço
- Combate ao Racismo Ambiental
- CEBs – Comunidades Eclesiais de Base/ Diocese de Itabuna
- CEBs – Comunidades Eclesiais de Base/ Diocese de Ilhéus
- CEDEFES – Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva – Ricardo Álvares – Belo



Horizonte – MG

- CEERT – Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades – Diego Ferreira Cangussu – São Paulo – SP
- CEDENPA – Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará – Nilma Bentes – Belém – PA
- CEPEDS – Centro de Estudos e Pesquisas para o Desenvolvimento do Extremo Sul da Bahia
- CETA – Movimento Estadual de Trabalhadores Assentados, Acampados e Quilombolas
- CUFA – Central Única das Favelas (CUFA-CEARÁ) – Preto Zezé – Fortaleza – CE
- Centro de Cultura Negra do Maranhão – Maurício Paixão – São Luís – MA
- CAPOREC – Coletivo de Alfabetizadores Populares da Região Cacaueira
- Coletivo Retomada da Universidade Estadual de Santa Cruz – Sul da Bahia
- CCP – Conselho de Cidadania Permanente – Itabuna
- CIMI – Conselho Indigenista Missionário
- Coordenação Nacional de Juventude Negra – Marta Almeida – Recife – PE
- CPP Nacional – Coordenação Nacional da Pastoral dos Pescadores – Laurineide Maria Santa
- CPP BA– Coordenação da Pastoral dos Pescadores da Bahia – M^a José Honorato- Salvador - BA
- CPP CE – Ormezita Barbosa – Fortaleza – CE
- CPP Nordeste – Severino – Recife (PE, AL, SE, PB, RN)
- CPP Norte (Paz e Bem) – Sueli Miranda – Belém – PA
- CPP Juazeiro – Margarida Ladislau – BA
- CPT Nacional – Comissão Pastoral da Terra
- CRIOLA – Lucia Xavier – Rio de Janeiro – RJ
- Diretoria da Associação de Docentes da UESC – ADUSC
- Dom Erwin Krautler – Presidente do Conselho Indigenista Missionario e Bispo de Altamira/PA.
- EKOS – Instituto para a Justiça e a Equidade – Padre Dário Bossi – São Luís – MA
- Espaço Cultural Mercado Sul – Taugatinga/DF
- FAOR – Fórum da Amazônia Oriental – Vânia Regina Vieira de Carvalho – Belém – PA
- FAPP-BG – Fórum dos Atingidos pela Indústria do Petróleo e Petroquímica nas Cercanias da Baía de Guanabara – Sebastião Raulino – RJ
- FASE/BA – Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional
- Fase Amazônia – Matheus Otterloo – Belém – PA
- Fase Nacional (Núcleo Brasil Sustentável) – Julianna Malerba – Rio de Janeiro – RJ
- FDA – Frente em Defesa da Amazônia – Judith Vieira – Santarém – PA
- Fórum Carajás – Edmilson Pinheiro, Mayron Régis e Cristiane M^a Macau Rocha – São Luís/ MA
- Fórum de Defesa da Zona Costeira do Ceará – Jeovah Meireles (UFC) – Fortaleza – CE
- Fórum Mudanças Climáticas e Justiça
- Fórum Socioambiental do Extremo Sul e Sul da Bahia
- FUNAGUAS – Judson de Barros – Terezina – PI
- EACMA – Escola Agrícola Comunitária Margarida Alves –/Ilhéus
- GELEDÉS – Instituto da Mulher Negra – Nilza Iraci – São Paulo – SP
- Grupo de Capoeira Semente do jogo de Angola
- CINAIS – Grupo de pesquisa ciência natureza informação e saberes da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)
- GPEA – Grupo Pesquisador em Educação Ambiental da UFMT – Michèle Sato – Cuiabá – MT
- Grupo de Pesquisa da UFPB – Sustentabilidade, Impacto e Gestão Ambiental – PB
- Grupo de Pesquisa Historicidade do Estado e do Direito da UFBA – Diosmar Santana Filho
- Salvador – BA



- GT Observatório e GT Água e Meio Ambiente do FAOR – Vânia Regina Vieira de Carvalho – Belém – PA
- GTNM/BA – Grupo Tortura Nunca Mais – Bahia
- IARA – Instituto de Advocacia Racial e Ambiental – Rio de Janeiro – RJ
- IBASE – Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas Itamar Silva e Nahyda Franca – Rio de Janeiro – RJ
- INESC – Instituto de Estudos Socioeconômicos – Ricardo Verдум – Brasília – DF
- Instituto Búzios – Marcos Mendes e Marcele do Vale – Salvador – BA
- Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense – Maria Inês Paes Ferreira e Hélio Gomes Filho – Macaé – RJ
- Instituto Terramar – Cristiane Faustino e Camila Garcia – Fortaleza – CE
- ISER – Instituto de Estudos da Religião – Pedro Strozenberg – Rio de Janeiro – RJ
- JVC _ Jornal Voz das Comunidades
- Justiça Global – Andressa Caldas – Rio de Janeiro – RJ
- LAEPI – Laboratório de Estudos e Pesquisas em Movimentos Indígenas, Políticas Indigenistas e Indigenismo da Universidade de Brasília.
- LPJ – Levante Popular da Juventude/ Itabuna- Bahia
- MMM – Marcha Mundial das Mulheres – Ilhéus/BA
- MCR – Movimento Cultura de Rua – Preto Zezé – Fortaleza – CE
- MCP – Movimento das Comunidades Populares
- MLT – Movimento de Luta pela Terra
- MML – Movimento Mulheres em Luta
- MMP – Movimento Mulheres pela P@Z! (Brasil)
- MPA – Movimento de Pequenos Agricultores
- MST/BA – Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
- Movimento Wangari Maathai – Taneska Santana – Salvador – BA
- NAVIMA – Nature Viva Mangue – RN
- NEPPA – Núcleo de Estudos e Práticas em Políticas Agrárias – Salvador/Ba
- NINJA – Núcleo de Investigações em Justiça Ambiental do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de São João del-Rei) – Éder Carneiro – São João del-Rei – MG
- Núcleo TRAMAS – Trabalho Meio Ambiente e Saúde para Sustentabilidade/UFC – Raquel Rigotto e Ana Cláudia Teixeira – Fortaleza – CE
- Núcleo de Pesquisa e Desenvolvimento Digital da Rede Mocambos
- Observatório Ambiental Alberto Ribeiro Lamego – Macaé – RJ
- Observatório dos Conflitos do Extremo Sul do Brasil
- Omolaiyè – Sociedade de Estudos Étnicos, Políticos, Sociais e Culturais – Rejane Santana Santos – Aracaju – SE
- ONG.GDASI – Grupo de Defesa Ambiental e Social de Itacuruçá – Mangaratiba – RJ
- Opção Brasil – Marcos Júlio Aguiar – São Paulo – SP
- Oriashé – Sociedade Brasileira de Cultura e Arte Negra – Kika Silva – São Paulo – SP
- Organização Mutirão – Natal/RN
- PINEB – Programa de Pesquisas sobre Povos Indígenas do Nordeste Brasileiro
- Projeto Eu Livre – Taguatinga/DF
- Projeto Recrear – Victor Hugo Alves Soares – Ouro Preto – MG
- Rede Nacional Feminista de Saúde Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos – Regional da Bahia
- Rede Axé Dudu – Ivan Belém – Cuiabá – MT



Boletim de Notícias - Edição nº 60./ 2014

Brasília, 02 de abril de 2014.

- RADV – Rede Alerta Deserto Verde
- RBJA – Rede Brasileira de Justiça Ambiental
- Rede Matogrossense de Educação Ambiental – Regina Silva e Michelle Jaber – Cuiabá – MT
- Rede Mocambos
- RENAP -Rede Nacional de Advogadas e Advogados Populares -Rodrigo de Medeiros Silva/Fortaleza CE
- Sociedade de Melhoramentos do São Manoel – André Leandro Nascimento e Juliana – São Manoel – SP
- Terra de Direitos – Fernando Prioste
- Tempo Eco Arte – Taguatinga – DF
- Thydêwá – índios online
- TOXISPHERA – Associação de Saúde Ambiental – Zuleica Nycz – PR
- UJP – União da Juventude Popular

* Povos e Comunidades Tradicionais, ativistas sociais e pesquisadores reunidos no II Congresso Internacional de Direito do Povos e Comunidades Tradicionais – Faculdades de Direito e de Medicina da UFBA – Salvador/Bahia, conforme aprovado na plenária final do evento

* 47º Encontro da Regional Nordeste III do ANDES-SN – conforme aprovado na plenária final do evento

Pesquisadores:

- Aline Moreira Magalhães, doutoranda em Antropologia Social (Universidade Federal do Rio de Janeiro), pesquisadora associada ao Laboratório de Pesquisas em Etnicidade, Cultura e Desenvolvimento do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro
- Amiel Ernenek Mejía Lara, doutorando em Antropologia Social (Universidade de Campinas)
- Ana Almeida – Instituto de Saúde Coletiva da UFBA – Salvador – BA
- Ana Paula Cavalcanti – (pesquisadora) – Rio de Janeiro – RJ
- Ana Paula Fagundes, Bióloga
- Angélica Cosenza Rodrigues – GEA/Grupo de Educação Ambiental – UFJF – Juiz de Fora – MG
- Bruno Derouane – France
- Carmela Morena Zigoni – Programa de Pós-graduação em Antropologia Social da UNB – Brasília – DF
- Cecilia McCallum, doutora em Antropologia Social (University of London), professora no Departamento de Antropologia da Universidade Federal da Bahia e no Instituto de Saúde Coletiva da Universidade Federal da Bahia
- Cecília Melo – professora da UFRJ – Rio de Janeiro – RJ
- Cinthia Creatini da Rocha, doutoranda em Antropologia Social (Universidade Federal de Santa Catarina), pesquisadora associada ao Núcleo de Pesquisa em Fundamentos da Antropologia da Universidade Federal de Santa Catarina
- Cíntia Beatriz Müller – Coordenadora do GT Quilombos, da ABA; professora da UFBA – Salvador – BA
- Cláudio Silva (militante) – Rio de Janeiro – RJ
- Daniel Fonsêca -jornalista e militante, atua na Frente Popular Ecológica de Fortaleza – Fortaleza – CE



- Daniel Silvestre (pesquisador) – Brasília – DF
- Daniela Fernandes Alarcon – Mestre em Ciências Sociais pela Universidade de Brasília, pesquisadora associada ao Laboratório de Estudos e Pesquisas em Movimentos Indígenas, Políticas Indigenistas e Indigenismo (Laepi/UnB) – Rio de Janeiro – RJ
- Dina Oliveira-Bry – socióloga especialista em desenvolvimento local – Ilhéus – BA
- Diogo Rocha (pesquisador) – Rio de Janeiro – RJ
- Erlon Fabio de Jesus Costa – Mestre profissional em Desenvolvimento Sustentável junto a
- Esther Katz
- Florival de José de S.Filho – Grupo Geertz de Pesquisa, Universidade Federal de Sergipe Aracaju/SE
- Franklin Plessmann de Carvalho – Salvador Bahia
- Gabriela Cavalcanti Cunha – Doutora em Sociologia – UnB, e especialista em Políticas Públicas e Gestão governamental – Sec. Nacional de Economia Solidária (Senares/MTE)
- Glademir Sales dos Santos, pesquisador (Manaus-Amazonas)
- Gláucia Maria Quintino Baraúna, pesquisadora (Manaus-Amazonas)
- Helen Catalina Ubinger, mestre em Ciências Sociais, com concentração em Antropologia (Universidade Federal da Bahia), pesquisadora (Manaus-Amazonas)
- Igor Vitorino (militante) – Vitória – ES
- Janaína Tude Sevá – (pesquisadora) – Rio de Janeiro – RJ
- Jaouen Goffi, mestrando em Ciências da Educação (Université Rennes 2), pesquisador associado ao Môle Armorica de Recherche sur la Société de l'Information et les usages d'internet/ Conseil Régional de Bretagne
- Jonas William Gomes e Silva – Tecnólogo em Saneamento Ambiental
- José Augusto Laranjeiras Sampaio- Graduado em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia(1981), especialização em Antropologia Social pela Universidade Estadual de Campinas(1986) e mestrado em Mestrado em Antropologia Social pela Museu Nacional – UFRJ(1983). Atualmente é Professor da Universidade do Estado da Bahia e Pesquisador Associado do Programa de Pesquisas sobre Povos Indígenas do Nordeste Brasileiro – UFBA.
- José Luís Moraes Simonetti
- José Valdir Jesus de Santana, doutorando em Antropologia Social (Universidade Federal de São Carlos), professor no Departamento de Estudos Básicos e Instrumentais da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia.
- Josie Rabelo – (Desenvolvimento Urbano/UFPE; professora) – Recife – PE
- Juliana Souza – (pesquisadora) – Rio de Janeiro – RJ
- Júlia Carvalho Navarra- estudante – São Paulo
- Laila Thomaz Sandroni – doutoranda em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro)
- Laura Clarice Moreira da Silva – cpf 01444067648
- Leila Santana (advogada) – Juazeiro – BA
- Lia Giraldo da Silva Augusto – Pesquisadora
- Liliete Canes Souza – professora universitária, Florianópolis, SC
- Luan Gomes dos Santos de Oliveira – pesquisador da UFRN – Natal – RN
- Luís Cláudio Teixeira (FAOR e CIMI) – Belém- PA
- Marcelo da Silva Lins, mestre em História (Universidade Federal da Bahia), professor do Departamento de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Santa Cruz
- Maria Cecília Moraes Simonetti, doutoranda em Saúde Coletiva no Instituto de Saúde Coletiva da Universidade Federal da Bahia



- Maria do Carmo Barcellos (militante) – Cacoal – RO
- Maria do Socorro Diógenes Pinto (Renap) – Natal – RN
- Maria Helena Souza da Silva – Salvador-Bahia
- Maria Rosário de Carvalho – professora do Departamento de Antropologia e dos Programas de Pós-Graduação em Antropologia e Estudos Étnicos e Africanos da UFBA
- Maurício Paixão – São Luís – MA
- Mauricio Sebastian Berger – (Instituto de Investigación y Formación en Administración Pública da Universidade Nacional de Córdoba) – Córdoba, Argentina
- Miguel Angel Marin Vásquez – Director FEDICAMP – Esteli – Nicaragua
- Mônica Nunes – professora do Instituto de Saúde Coletiva – UFBA
- Norma Felicidade Lopes da Silva Valencio – Coordenadora do NEPSD/UFSC – São Carlos/SP
- Núbia Bento Rodrigues, professora do Departamento de Antropologia da Universidade Federal da Bahia
- Océlio Teixeira de Souza – RG 92002044929 – SSP – CE – Professor UFCE
- Patrícia Navarro de Almeida Couto, mestre em Ciências Sociais, com concentração em Antropologia – Universidade Federal da Bahia, professora no Departamento de Ciências Humanas e Filosofia de Universidade Estadual de Feira de Santana
- Pedro Rapozo – professor da UFAM – Manaus – AM
- Raquel Giffoni Pinto – (militante e pesquisadora) – Volta Redonda – RJ
- Ricardo Stanzola – (professor e advogado) – São Paulo – SP
- Ruben Siqueira (militante) – Salvador – BA
- Rui Kureda (militante) – São Paulo – SP
- Simone Raquel Batista Ferreira – Universidade Federal do Espírito Santo – UFES
- Samuel Marques (militante) – Salvador – BA
- Sebastião Raulino – (militante, professor e pesquisador) – RJ
- Sonia Laura Alvarez Cardenas, doutoranda do Instituto de Saúde Coletiva da Universidade Federal da Bahia
- Susana de Matos Viegas, doutora em Antropologia Social e Cultural (Universidade de Coimbra), professora no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa
- Tania Pacheco – (militante e pesquisadora) – Rio de Janeiro – RJ
- Telma Monteiro – (militante e pesquisadora independente) – Juquitiba – SP
- Teresa Cristina Vital de Sousa – (pesquisadora) – Recife – PE
- Teresinha Marcis – professora de História da UESC
- Tereza Ribeiro – (educadora ambiental) – Rio de Janeiro – RJ
- Ulla Macedo, Fiocruz-RJ, mestre em Ciências Sociais, com concentração em Antropologia (Universidade Federal da Bahia)
- Vânia Regina de Carvalho – Belém – PA
- Wilsa Mendonça Ribeiro RG 1.999.078 SSPPA – CPF 301141602-87 – Cidadã brasileira

Entidades Internacionais:

- Acción por la Biodiversidad – international
- Aliança RECOs – Redes de Cooperação Comunitária sem Fronteiras
- Amazon Watch
- Amigos da Terra República Tcheca – Hnutí DUHA – Friends of the Earth Czech Republic
- Amigos de la Tierra – Buenos Aires, Argentina
- Amigos de la Tierra América Latina y el Caribe COECOCEIBA – Amigos de la Tierra Costa Rica



- Amigos de la Tierra Internacional
- Anti-Corruption organisation Global Witness
- Associação para os povos Ameaçados – Suíça
- Asociacion Ecologica del Oriente – Bolivia
- Asociación Conservacionista YISKI – COSTA RICA
- Biblioteca Popular Bernardino Rivadavia – Resistencia – Chaco –Argentina
- British Human Rights
- BROBECKER GARY – FRANCE ALSACE
- Coalición Mundial por los Bosques – Paraguay
- Eco Tacuarembó
- Ecologistas en Accion (Estado español)
- EARTH PEOPLES (Povos da Terra) – Rede indígena internacional
- FERN – UK
- Fundación Ushuaia XXI – Tierra del Fuego / Argentina
- Global Witness – London
- Greenpeace Netherlands
- Grupo Guayubira – Uruguay
- Juan Frontanilla Yañez – Consultor Forestal Independiente – Cochabamba, Bolivia – Sud América
- Maison de l’Enfant et de la Femme Pygmées (MEFP) – France
- Mario Angel Digilio – Argentina
- Oakland Institute – USA
- OLCA Observatorio Latinoamericano de Conflictos Ambientales
- Organización mapuche Lakutun – Marcela Lincoqueo (presidenta) – Chile
- Organización mapuche Trawün mapu – Margarita Cayupil (presidenta) – Chile
- Organización mapuche Trepey pu lamngen – Ximena Llamín (presidenta) – Chile
- Organización Rakizuum mapuche – Rosa Inaipil (presidenta) – Chile
- Organización Comunitaria La casa de los Peces – Chile
- Pascal Paquin – France
- Pieter Teunissen MSc, retired freelance consultant nature conservation and environmental engineering. Paramaribo, Suriname.
- Pro REGENWALD – Alemanha
- Profesionales Latinoamericanos contra el abuso de Poder – ARGENTINA -URUGUAY- HONDURAS – ESPAÑA
- Quercus –ANCN – Domingos Patacho – Portugal
- Rainforest Foundation UK, Reino Unido
- RECOMA – Red contra los Monocultivos de Árboles en América Latina
- Red de Accion por los Derechos Ambientales (RADA)
- Robin Wood – Alemanha
- REDES-Amigos de la Tierra de Uruguay
- Redmanglar Internacional.
- Rettet den Regenwald/Rainforest Rescue – Alemanha
- Salva la Selva – España
- The Corner House – UK
- Unissons-nous pour la Promotion des Batwa (UNIPROBA) – Burundi
- Union pour la Protection des Forêts Communautaires, UPFOC – République Démocratique du Congo, RDC



Boletim de Notícias - Edição nº 60./ 2014

Brasília, 02 de abril de 2014.

-
- World Family – UK
 - WRM – Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais – international secretariat



Em RR, indígenas da área Yanomami podem solicitar título de eleitor
SÍTIO G1, 02.04.2014

*Tribunal Regional Eleitoral promove ação itinerante na comunidade.
Instalação de uma seção eleitoral na terra indígena é um marco histórico.*

Indígenas da área Yanomami, Noroeste de Roraima, podem tirar o primeiro título de eleitor, realizar transferência de domicílio, revisão ou solicitar a segunda via documento. Os atendimentos são itinerantes e promovidos pelo Tribunal Regional Eleitoral de Roraima (TRE-RR) até a quinta-feira (3) das 8h às 18h, no posto de saúde da Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI), na Comunidade do Sikamabiu.

Para solicitar os serviços eleitorais, é necessário levar documento de identidade oficial com foto e comprovante de residência atualizado, acompanhados de cópia e de declaração do tuxaua da comunidade, confirmando moradia no local. Homens maiores de 18 anos precisam do certificado de alistamento militar. A Junta Militar de Alto Alegre estará no local expedindo o documento militar.

Com a cadastramento dos indígenas, o povo Yanomami que mora em Roraima terá, pela primeira vez, a oportunidade de votar dentro da própria área. De acordo com o presidente do TRE-RR, desembargador Mauro Campello, a instalação de uma seção eleitoral na Área Indígena Yanomami é um marco na história da Justiça Eleitoral do Estado.

“É uma oportunidade ímpar de inclusão do povo indígena em todo processo eleitoral, pois a dificuldade que eles têm para se dirigir à urna é imensa devido à geografia de Roraima. Alguns andam em torno de dois e até três dias para conseguir votar. Com uma seção mais próxima, eles poderão exercer a sua cidadania com mais facilidade e comodidade”, disse Campello.